



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2022

Ata n.º 12

Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de outubro, e aditamento de onze de outubro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeiro Secretário: Luís Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Tomada de conhecimento do procedimento da Candidatura ao Aviso n.º 14199/2022 - Educação Ambiental + Transversal + Aberta + Participada 2022 (ENEA 2022);-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia de Ferreiras, de Paderne e Guia;-----

PONTO TRÊS: Designação de um representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da Delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara - Relação dos compromissos plurianuais assumidos;-----

PONTO CINCO: Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao procedimento para execução da empreitada de construção de Unidade de Cuidados Continuados, pelo valor 4.000.000,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no n.º1 do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente ao procedimento de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira;

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2022-2026; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento Plurianual 2022-2026; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de



8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos de verbas afetas ao fornecimento de energia elétrica baixa tensão normal; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º4 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril e da alínea a) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente aos contratos interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias - Renovação e Atribuição dos Recursos -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Empreitada de Levantamento e Reposição/ Construção e Reparação de Passeios em zonas pontuais do concelho de Albufeira", pelo valor base de 345.000,00€ + IVA;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Empreitada de Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos, em zonas pontuais do concelho de Albufeira", pelo valor base de 470.000,00€ + IVA;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Execução de Pinturas no pavimento no município de Albufeira", pelo valor base de 290.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento para "Aquisição de Sistema de Videovigilância, com o preço base de 639.100,00€ + IVA;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação da Proposta "Constituição de Comissão de Inquérito", apresentado pela bancada do AP;-----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Helena Maria Palhota Dias Simões, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Teresa Cristina da Palma Neto,



André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e a Secretária da Junta de Freguesia de Paderne - Ana Cristina Ramos.-----

Faltas: Cláudia Sofia Pais Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Teresa Neto e Ana Cristina Ramos.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Presidente da Assembleia: "Vou fazer uma pequena intervenção relativamente a um ponto da ordem de trabalhos, o ponto número dezasseis. Este ponto foi-nos enviado por um grupo parlamentar, que nos fez chegar esta apreciação relativamente à possível constituição de comissão de inquérito e aquando do recebimento, eu entendi fazer ingressar esse ponto na ordem de trabalhos. Porém, analisando profundamente o assunto, cheguei à conclusão, que deixo aqui à vossa consideração, que este ponto não tem base legal nas Assembleias Municipais. De facto, as comissões de inquérito são possíveis na Assembleia da República, porque existe uma lei habilitante, mas no que diz respeito às Assembleias Municipais, de facto, não é possível uma vez que estamos aqui a extravasar os nossos poderes e a extravasar os poderes legislativo, neste caso, do poder deliberativo entrando no poder judicial. Há aqui uma nítida e evidente separação de poderes quanto a esta matéria e, qualquer comissão de inquérito iria implicar poderes que, esta assembleia não tem. Não querendo alongar muito mais, deixaria à intervenção do plenário votarmos este ponto de imediato no sentido de se manter ou ser retirado da ordem de trabalhos."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, caros munícipes, aqui e em casa, bancada do PSD/CDS vinha precisamente alertar para isso, efetivamente aquilo que o Senhor Presidente chegou à conclusão, e que aqui explanou, é realmente assim, ouvidas algumas



partes também sobre o assunto e, portanto, parece inclusive que esse assunto nem sequer aqui veio nesse formato em nenhum outro ano transato e, portanto, a bancada do PSD/CDS concorda efetivamente que esse ponto seja retirado, porque acaba por ser um não assunto para este plenário."-----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, no uso do direito da palavra que nos assiste, vão-nos permitir que digamos alguns considerandos sobre esta questão. A decisão de solicitar o aditamento deste ponto na ordem do dia não aconteceu de ânimo leve, foi muito pensada e debatida entre os membros do Albufeira Prometida, sabemos o que significa, é nossa vontade de querer que o que aqui está em causa seja devidamente esclarecido, de forma isenta, transparente e rigorosa. Há uma coisa que ninguém pode negar, os albufeirenses são desligados da política. Podemos aqui identificar vários motivos para isto acontecer, mas há um que aqui destacamos, os albufeirenses têm medo, medo de pressões, medo de atitudes penalizadoras e vingativas motivadas por antipatias pessoais e políticas. Um facto que todos os partidos sentiram nas últimas eleições, pessoas que têm medo de dar a cara, de se vincular, de apoiar abertamente ou criticar um partido ou movimento político e isso é transversal, seja um partido de oposição, ou do poder. Aparentemente cai mal não concordar, cai mal um comentário, ou um post nas redes sociais, pairando no ar a suspeita de postura, condutas inadequadas, contrárias ao que queremos em democracia, para a nossa autarquia, para a nossa cidade, o Albufeira Prometida não podia deixar passar este problema em claro, porque importa saber se há aqui alguma injustiça, porque é preciso esclarecer e demonstrar verdadeira transparência as nossas ações, porque é preciso apurar a verdade. Estivemos para não apresentar esta proposta, porquê? Porque também tínhamos os nossos medos e percebemos que esses medos têm a sua razão de existir, essa constatação foi o facto decisivo que nos levou a apresentar essa proposta. Até pode ser um não assunto, mas para bem de todos e do exercício que se pede que todos honremos, é necessário que se esclareça, é isso que queremos e isso que queríamos. Podem não concordar com os trâmites, metodologia, conteúdo formal da proposta ou mesmo interpretação legal, é justo e eventualmente admissível, mas nós próprios, nós estamos cem por cento seguras de que este seria o melhor modelo para tentar apurar a verdade, seria algo que facilmente também se poderia contrapor, introduzindo alterações, como o fazemos aqui com tantas outras propostas. Se é o método ou o enquadramento legal que não concordam, isso não é desculpa para que este ponto seja



retirado efetivamente da ordem de trabalhos. Não é o Albufeira prometida que perdeu neste ponto, o que se perdeu aqui foi uma oportunidade de fazer o correto. Esperamos sinceramente que não tenhamos de nos lembrar no futuro deste dia, desta proposta. Foi a primeira vez que se solicitou uma reflexão sobre estas questões e se poderia ter feito alguma coisa na direção certa. O Albufeira Prometida fez o seu papel em plena consciência." -----

Presidente da Assembleia: "Só para acrescentar que a questão que está aqui em causa não é uma questão de fundo, nem uma questão política, é infelizmente, eu diria, uma questão meramente de forma e, portanto, a forma aqui não cabe, não é admissível não existindo suporte legal. Outras formas poderiam caber mas, a constituição de uma comissão de inquérito não é permitida." -----

Leonardo Paço: "Eu quero lembrar que este ponto foi posto formalmente na última Assembleia e foi pelo Senhor Presidente pedido que o mesmo fosse por escrito. Muito estranho que agora, venham, não sei bem como dizer isto, mas tendo em conta que não sou jurista, há já aqui algo que legalmente impede que este ponto vá em frente, depois de ter sido o senhor mesmo a pedi-lo que que ele fosse transformado em papel. Tenho pena que na altura não tivesse já essa leitura, mas pronto, se a leitura é essa não há nada a fazer e, como disse a colega que acabou de falar, acho que era muito importante levar-se esse ponto até ao fim, não é sequer pelo que se passou, que até para mim o que se passou já está esquecido, é para que não volte a acontecer, acho que era mais importante não voltar a acontecer o que aconteceu do que apurar o que realmente aconteceu." -----

Raul Ferreira: "Efetivamente, a questão aqui levantada pela Albufeira Prometida é uma questão pertinente e que nos preocupa, sou da opinião que a liberdade de expressão, liberdade de dizermos as nossas ideias, dispormos, não deve estar condicionada de qualquer forma, efetivamente todos somos adultos, estamos aqui todos os presentes e não vejo aqui a razão para que os deputados que efetivamente sentiram essa ameaça exponham aqui que palavras, por quem foram ameaçados, o conteúdo das ameaças e as circunstâncias. Relativamente à questão da criação de Comissão, eu penso que não há razão para tal nem cabimento legal para que exista essa comissão. O problema pode ser discutido entre nós todos, estamos aqui todos presentes. Relativamente à questão formal, efetivamente, estamos aqui perante uma questão do âmbito judicial, é um crime como há aqui juristas e sabem bem essa questão. É um crime particular e,



portanto, não é um crime público, portanto, cabe a cada um dos ofendidos apresentar queixa no local próprio. A questão da Comissão parece-me que é uma questão que está fora do âmbito desta assembleia, portanto, o assunto acho que pode ser discutido, podem os lesados efetivamente dizerem o teor das ameaças, quem fez, para nós também tirarmos daí consequências políticas do facto. Quanto às questões judiciais, terá de ser no âmbito do inquérito judicial que eventualmente exista uma queixa poderá ser efetuado." -----

Domingos Coelho: "Boa noite, penso que se está a formar aqui algum consenso de que não há cabimento do ponto de vista formal para a constituição desta comissão. Concordamos, como disse também na outra Assembleia, por um lado, há uma questão que parece que é estranha e exterior à Assembleia, onde quem esteve envolvido pode fazer caminho através dos meios judiciais, portanto, se não teve aqui essa formalidade, se não é uma questão política, será obviamente uma questão judicial, pessoal, mas, enfim, penso que estamos em condições de continuar e criar aqui um ambiente, penso que, acima de tudo, um ambiente de Liberdade, de democracia e que ninguém tenha medo, seja deputado, seja funcionário, seja quem for, seja um simples munícipe vir aqui dizer de sua justiça, apresentar a sua crítica, a sua sugestão. Penso que não há modelo melhor que a democracia e temos é que praticá-la."-----

Leonardo Paço: "Só para responder ao Domingos, aliás já respondi em outro fórum, ele continua a dizer que as questões que se passaram foram pessoais, já lhe expliquei, mas acho que ele ainda não percebeu. Não teve nada de pessoal, pois eu não tenho nada contra nenhuma das pessoas em questão e não percebo a existência do professor Domingos no que diz respeito ao pessoal." -----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, queria apenas dizer, a última assembleia não vim cá em protesto exatamente daquilo que aconteceu, não foi comigo as ameaças, mas eu vi, ouvi aquilo que aconteceu. Eu acho que é de lamentar que esta assembleia toda assobie para o lado e não queira exatamente saber. Achando que isto é uma questão pessoal, isto não é uma questão pessoal, isto passou-se dentro da assembleia e é muito grave e eu acho que deveríamos todos fazer um exercício e pensarmos, estamos em democracia, temos liberdade de expressão e a não achar que isto foi contra alguém pessoalmente, eventualmente, se foi ou não, foi dentro daqui da Assembleia e é de lamentar mais uma vez que se assobie para o lado. Toda a gente tem conhecimento do facto, e continue-se a fazer de conta que não existiu nada e que foi só uma questão



pessoal e que resolvam isso lá fora. As coisas não são assim, eu acho que devíamos todos por a mão na consciência e percebermos que temos que resolver esta questão. Obrigada.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto dezasseis.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: cinco (05) Mónica Coimbra, Luna Silva, Leonardo Paço, Carla Vieira e Carla Madeira. -----

Abstencções: uma (01) , André Lima -----

Votos a favor: dezanove (19) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luis Afonso, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta de retirada do ponto foi aprovada por maioria.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Segundo secretário lê pedido de intervenção por escrito dos munícipes Sérgio Arez: e Hugo Palhinhas (Doc. n.º 1 anexo e Doc. n.º 2 anexo a esta ata)-----

Presidente da Assembleia: “Tenho uma indicação que me foi dirigida pelo senhor vereador Abel Zua, para relembrar o senhor presidente da Câmara relativamente a duas questões, queixas sobre ruído, eventos realizados no Hotel Jupiter depois da meia-noite, solicito informação aos serviços, nomeadamente polícia Municipal, se há registo formal de queixas relacionadas, se esta entidade já foi alvo de alguma visita por parte dos serviços municipais relacionados com o ruído? Tentei procurar e não encontrei pedidos de emissão de licença especial de ruído para eventos que, segundo vários testemunhos, incluindo o meu, se prolongam para lá da uma da manhã. Referente ao concerto Moonspell, solicito o envio de informação relacionada com os dois ajustes diretos efetuados, abertura de procedimentos para as faturas, descritivo do que foi considerado nas despesas. A minha questão é por que razão existem dois ajustes diretos para este concerto, considerando que o mesmo não se realizou em dois mil e vinte e um, como anunciado, foi adiado. Uma segunda questão perceptível no quadro em baixo, retirado no portal base, por que razão o valor considerado para o município de



Albufeira para este grupo/concerto, comparativamente a outros municípios é três vezes superior?” -----

Helena Simões: “A situação está-se a repetir. Agora o vereador não permanente não está a falar de viva voz, mas está a falar por interposta pessoa, por informação enviada ao presidente da Assembleia. Não tem cabimento, pensei que já tínhamos ultrapassado essa questão.” -----

Vereador não permanente Abel Zua: “Muito boa noite a todos, começar por dizer que, efetivamente vai-se tornar da minha parte um procedimento, enviar os emails com conhecimento do Senhor Presidente e isto porque, no decorrer de mais de oito meses de mandatos, são muitas as questões que têm vindo a ser levantadas por escrito e não só em reuniões de executivo para as quais eu não tem tido as devidas respostas. E nesse sentido, foi meu entendimento começar a informar e, portanto, eu não enviei diretamente essa comunicação para si, enviei naturalmente, com conhecimento ao Senhor Presidente e nesse sentido dizer que não estou aqui a tentar e já percebi que os vereadores não têm que ter voz aqui a não ser que o Senhor Presidente solicite. Entendi isso logo na primeira reunião, eu esforço-me por aprender rápido, lamento é o facto de não podermos ter voz aqui, porque hoje, precisamente até por tudo aquilo que já aconteceu aqui, gostaria de dizer algo dizer, gostaria dizer algo, porque no exercício também que me assiste, eu entendo que condutas e posturas que se desviem daquilo que é a nossa função aqui, deve efetivamente ser apuradas caso existam e devem ser de alguma maneira corrigidas e uma vez que não há lugar a esclarecimento de algumas questões que tem vindo a ser levantadas, é por essa razão que eu entendo que devo dar conhecimento a esta assembleia das questões que vou levantando e era interessante falar nos montantes que estão referidos também para conhecimento geral.” -----

Vice-Presidente: “Eu vinha colocar aqui uma questão, eu e os outros vereadores que não usarem da palavra aqui, quando indicado pelo senhor Presidente podemos, naturalmente também as fazer chegar neste período, esclarecimentos sobre aquilo que tem sido a nossa função, o desempenho da nossa função em sede de reunião de executivo e, portanto, meios próprios em sede de reunião de executivo, salvo melhor entendimento para tratar destas questões e, portanto, se o senhor presidente da Assembleia Municipal assim concordar, eu farei uma súmula daquilo que é o meu trabalho, eu e os vereadores não permanentes, eventualmente os outros vereadores, se assim o



entender, apresentaremos ao Senhor Presidente para aqui ler antes da ordem do dia, portanto, é só esse esclarecimento que eu queria.” -----

Raul Ferreira: “No passado mês, enviei uma carta a todos os membros da Assembleia a pedir e a dar conhecimento aos mesmos do meu descontentamento, da forma como os trabalhos se têm realizado. Efetivamente, parece que caiu em saco roto. Ninguém ouviu e vão desculpar a franqueza, vou ser um pouco rude, mas estou farto de brincadeiras, venho para aqui para trabalhar em prol da cidade de Albufeira. Estamos aqui a discutir questões que nada têm a ver com a Assembleia. Temos uma ordem de trabalho, temos de cumprir essa ordem de trabalho, portanto, o que eu peço mais uma vez é que se cumpra o regulamento, a lei e a Ordem de Trabalho que está a presente nesta Assembleia. Daqui pouco vamos ter aqui todos os vereadores a falar, não sei se o funcionário também vai querer vir aqui prestar algum esclarecimento, o contínuo sobre as flores que entram, e isto passa a ser uma brincadeira, estamos a dar uma péssima imagem para todos os albufeirenses e é isso que eu não quero. Portanto, se isto é para continuar assim, vou ponderar em se calhar, prescindir das minhas funções, porque efetivamente, não é a assembleia que eu pensava que iria ser e temos aqui todos um bocadinho a brincar à política e esse não é o meu ritmo é esse o meu objetivo.” -----

Presidente da Assembleia: “Devo dizer que tenho que concordar consigo. Relativamente esta questão, eu entendi que a questão escrita de um lembrete ao Senhor Presidente, a quem informei desta situação não seria responsabilizado, mea culpa, não tornará a acontecer esta situação. Pensei que pudesse por via escrita, funcionar assim, não sendo para o futuro, falaremos então única e exclusivamente nos termos do regimento.” -----

Helena Simões: “De alguma forma o presidente já respondeu a minha questão, porque a minha pergunta era perante o prelúdio do vereador não permanente querer fazer deste tipo de comunicação, hábito, perante o prelúdio também do vice-presidente o querer fazer também a minha pergunta seria se o presidente da Assembleia Municipal iria dar cumprimento à alínea e) do número um do artigo onze que diz que tem que assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações. Era só essa a questão, mas já se antecipou e respondeu.” -----

Presidente da Câmara: Cumprimento todos os membros da mesa, excelentíssimos deputados, público, espetadores através do canal do Youtube. Aqui duas ou três questões sobre as pessoas que fizeram chegar a esta assembleia, alguns aspetos,



sugestões ou reclamações sobre algumas coisas sobre o que se passa, o senhor Ruben Nicolau apenas se inscreveu, disse que vinha falar sobre a taxa turística, mas não questionou absolutamente nada, portanto, não vou falar sobre isso. O senhor Sérgio Arez falou na sugestão de bicicletas elétricas e ordenar alguma parte de estacionamento relativamente aos motociclos, nomeadamente às motas, que é uma questão a rever, embora não haja assim espaços tão generosos como ele próprio dá a entender na sua comunicação escrita, mas de qualquer das maneiras há-de haver um ou outro, com certeza, que é bem-vindo. Evidentemente que não são apenas bem-vindas as pessoas que vêm de automóvel, mas as pessoas que vêm de moto ou de bicicleta também são, só que as ruas de albufeira, algumas delas são relativamente estreitas, que nem passeios têm, ou pouca dimensão de passeio tem para os peões e para os carrinhos de bebé e coisa parecida, mais a mais com bicicletas e trotinetes. O senhor Hugo Palhinhas falou a questão das proteções relativamente às paragens do Giro, quero referir que o Giro vai agora tomar nova concessão dentro de poucos meses, nomeadamente sensivelmente mês e meio, em que prevê a reformulação todas as paragens e que, nessa altura equacionar se há a possibilidade de introduzir no contrato ou extra contrato, verificar algumas destas questões que pode ter a certeza que não é porque A pediu ou B pediu, não tem nada a ver com absolutamente coisa nenhuma. Relativamente àquilo que se passa na Assembleia Municipal, pois eu penso que é só ler o Regimento da Assembleia e não só, e toda a lei que habilita e que regulamenta todo o funcionamento. Penso que não cabe aqui a chegada, penso eu, não sou jurista, mas penso assim, a chegada de nenhum documento escrito por parte dos vereadores, uma vez que o Presidente que deve dar a palavra aos vereadores e não só dar palavra, mas também há nas reuniões ordinárias, sabe perfeitamente que há a informação escrita do presidente, portanto, a tudo isso se revela nesse ponto. Evidentemente que os aspetos que foram aqui relacionados, tenho aqui uma resposta de um já, e esse aspeto não foi há meses que foi colocado, foi a questão dos Moonspell, hei-de remeter à reunião de câmara, provavelmente amanhã para conhecimento dessa informação. Relativamente à questão do ruído, também se há-de falar nesse campo, e não me vou esquecer, agora também quero aqui referir uma outra coisa, portanto, foi com surpresa minha na última semana, na semana passada e por dito por outra pessoa, uma vez que eu não frequento, não uso o Facebook, nem consulto o facebook ou raramente o uso e vi umas afirmações feitas pelo membro desta Assembleia Municipal, o que me



deixa profundamente desagradado, porque, para além de inverdades, estão lá colocadas naquele pequeno texto estão suspeitas e suspeições que, sinceramente, vou até que agir de uma outra forma, que não aqui dentro, mas lá fora, portanto, só para dizer que, acho que se deve elevar não só o discurso aqui dentro, mas deve ser elevar também o comportamento lá fora, porque se nós estamos a usar o facebook para fazer críticas, eu aceito perfeitamente e aceite também tem já foi o primeiro dizer aqui nesta sessão, peço que são legítimas todas as críticas que apresentar aqui concorde-se, ou não se concorde, a democracia é mesmo assim. Uns concordo, outros não concordam, tudo bem, opiniões são legítimas agora, inverdades e suspeições sobre coisas que que não sabe vindas de onde, de quando, eu não me revejo é minimamente nem um bocadinho, nem no infinitésimo, que é um termo matemático, nem no infinitésimo, eu me revejo numa situação destas, portanto, eu quero afirmar aqui que nestas situações, embora não tenha eu tido conhecimento diretamente, mas foi dado conhecimento pela aquela situação, eu vou trabalhar noutros sítios, porque não posso ouvir, nem posso pensar que outras pessoas ler o aquilo e que eu, não sendo verdade, não fez nada. Não, tenho que fazer, independentemente depois desse membro ser de alguma forma admoestado ou não, isso por mim não sou eu que o vou fazer, nem quero saber isso. Agora, eu estou aceite, toda a gente sabe que eu trabalho aqui desde as sete e um quarto da manhã, sete e meia, e estou aqui ao dispor do toda a gente que queira vir falar comigo essa hora, inclusivamente com marcação ou sem marcação. Se para mim é perfeitamente igual, agora não aceite é suspeições, nem inverdades, pronto era só isso que tinha a dizer. Muito obrigado."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água: "Boa noite a todos, na pessoa do Senhor Presidente da mesa, cumprimento os presentes e também as pessoas que em casa via youtube nos estão a ouvir. Na última reunião de assembleia que foi no dia vinte e seis de setembro, eu levantei aqui uma questão sobre o posto da GNR em olhos de água, queria perguntar ao Senhor Presidente se desde essa data, no dia vinte e seis de mês passado, até agora se tem mais algum desenvolvimento sobre esse assunto."-----



Carla Madeira: "Boa noite, mais uma vez, eu queria começar por dizer que, no passado dia quinze completamos o primeiro ano deste mandato, dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e cinco e não queria deixar passar a ocasião sem mais uma vez, agradecer aqui o voto de confiança dos munícipes que me elegeram e reforçar também, que estou aqui com total disponibilidade e defendendo, acima de tudo e de todos os interesses dos munícipes e do município. Queria questionar o Senhor Presidente e acho que já é a terceira vez que o faço sobre este ponto, porque, obviamente, ainda não consegui uma resposta concreta sobre este assunto. Queria saber, sobre os fogos de Paderne, nas listas efetivas online que estão no site da Câmara, existem vinte e nove fogos distribuídos, fazendo as contas aos quarenta fogos que foram construídos e submetidos a concurso, faltam atribuir onze fogos. Eu gostaria de saber o que é que aconteceram estes fogos, por que razão ainda não foram distribuídos, se não houve concorrentes legíveis no concurso, portanto, para atribuir a estes fogos. Relativamente à falta de transportes públicos de e para Paderne, gostaria de saber se o executivo já tem algum plano definido para colmatar esta grave deficiência."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, caros munícipes em casa, a bancada do PSD/CDS, sente-se como que na obrigação de aqui trazer um tema que o Senhor Presidente colocou na agenda mediática, o presidente da Câmara das últimas duas semanas e que tem a ver com a localização do hospital central do Algarve, por entendermos que efetivamente é de extrema importância esse hospital, promessa feita há tanto anos por inúmeros governos da República, entendemos também que foi altamente oportuna a intervenção, senhor presidente da Câmara, nomeadamente naquilo que diz respeito à disponibilização efetiva de terrenos em Albufeira, para que se o Governo da República assim o entender, o hospital possa ficar localizado de forma sim, central se ficar em Albufeira e, portanto, queríamos dar esse conhecimento público neste fórum de que compartilhamos a cem por cento, aquilo que é a opinião, Senhor Presidente, e o seu executivo, no que diz respeito a esta matéria e referimos ou não queríamos deixar de referir, aquilo que são dentro da delegação de competências, o esforço de todas as autarquias que aceitam a delegação de competências, da mesma forma que o Município de Albufeira o está a fazer. É de grande responsabilidade aceitar tudo o que são delegações de competências do Governo, mas, em especial, aquelas competências que se relacionam com a educação e com a saúde e, portanto, também enaltecer essa posição do executivo e, sobretudo, a



reafirmar algo que nos parece nos parece a nós basilar. O serviço privado de saúde nunca vai substituir o serviço público, cada vez mais há facilidade, termos seguros de saúde e possivelmente, a grande maioria do que aqui estão nesta sala podem tê-lo, mas há muita gente que não pode ter e é efetivamente essa aposta nas pessoas mais desfavorecidas naquilo que é a questão dos cuidados de saúde, que faz com que esta seja uma temática transversal a todos os partidos e que nos obriga a nós, enquanto responsáveis políticos com mais ou menos responsabilidade, termos que ter dar o nosso contributo de forma positiva, muitas vezes reivindicativa e nesse sentido, reafirmo a posição da bancada do PSD/CDS no sentido de dar todo o apoio do Senhor Presidente e indico também que, enquanto deputado da Assembleia Intermunicipal da Amal, terei oportunidade também de fazer chegar essa posição em Amal, se o Senhor Presidente me der essa essa indicação, teremos uma Amal em breve, eventualmente durante o mês de Novembro e eu penso que essa posição poderia sair reforçada."-----

André Lima: "Boa noite a todos. Eu tenho aqui dois pontos, uma observação em relação ao que já foi dito e depois aqui uma reflexão já que estamos numa de reflexões. Em relação à observação naquele ponto anterior, em relação ao ponto dezasseis, tinha vontade de intervir, mas no fiz, mas queria só deixar aqui uma observação que chegamos à conclusão que o que se passou aqui à porta não é muito relevante, ou são coisas pessoais, mas comentários no Facebook já justificam que as pessoas reajam de forma, acho que é um bocadinho aqui um contrassenso, mas pronto, é só uma observação. Em relação ao próximo ponto, eu gostava de fazer aqui uma pequena reflexão em relação à forma como as intervenções dos deputados são ou não respondidas. Por exemplo, na última Assembleia, eu coloquei duas questões, o Presidente, relembro, a primeira relacionada com a não submissão de uma candidatura de preservação e conservação da escadaria e arriba da praia do Peneco e uma segunda relativa um ajuste direto no valor de aproximadamente sete mil euros para montagem de uma bela gaiola de patos. A primeira questão não foi respondida, foi ignorada passada por cima, a segunda questão foi respondida com algum humor, dizer que vamos ver o que é que se passa, e onde é que anda a gaiola, as nem no momento, nem à posteriori, essa esse esclarecimento me chegou e a reflexão não tem especificamente a ver com estas questões, com as minhas questões, mas é uma questão mais genérica, sobre o que é que andamos aqui a fazer, com o nosso papel como deputados, porque o que me dá a entender, é uma das coisas, é ou não se quer que saiba, ou o nosso trabalho



de fiscalização da Câmara adjunto está a ser desvalorizado. Na primeira hipótese eu não acredito, na segunda, não quer acreditar, mas de qualquer das formas que estava perceber, gostava de ter um comentário do Senhor Presidente acerca disto. Obrigado."-----

Luna Silva: "Boa noite, cumprimento a todos os presentes e aqueles que estão a ver via Youtube, na pessoa do senhor presidente da Câmara Municipal Doutor José Carlos Rolo e na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal Doutor Francisco Oliveira, ambos em exercício das suas funções. Começo por congratular o esforço concretizado na área da sustentabilidade ambiental que, face à classificação formulada pelos peritos do processo Eco-X atribuiu um índice de sessenta e um por cento, o melhor resultado. Pela concretização do 10º Campeonato do Mundo de natação adaptada e natação artística adaptada de dois mil e vinte e dois, pela abertura da primeira edição das sinergias celebrado no Dia Mundial da Saúde Mental no município de Albufeira, bem como a retoma de programas de apoio com pessoas com deficiência. Senhor Presidente, a minha intervenção prossegue no seguimento do que reportei na passada Assembleia ordinária de vinte e seis de Setembro de dois mil e vinte e dois, no qual coloquei duas questões ao qual o Senhor Presidente não me respondeu, face a essa ausência venho de novo apresentar as seguintes questões: Qual foi o montante despendido na realização das festividades na época sazonal e qual é o valor da dívida atual da Câmara Municipal?"-----

Inês Mendonça: "Muito boa noite presente, os meus cumprimentos, a Digníssima Mesa aos senhores Deputados e aos demais presentes. A questão que eu irei colocar é exatamente isso, um pedido de esclarecimento e, por isso, desmarco-me de qualquer alegado levantamento suspeitas. Ora, a minha questão de hoje prende-se com a construção de uma nova superfície comercial, numa zona bastante central da cidade de Albufeira, o hipermercado e o posto de combustível low-cost da cadeia Intermarché e que, inclusivamente, levou à construção de novas infraestruturas por parte deste município, como uma rotunda e ao repavimento apenas de uma parte do asfalto. A este propósito fica também o meu repto para que se repavimente a restante estrada que bem precisa. Relativamente então a referida superfície comercial, que é isso que me traz aqui, foi tornado público que a referida superfície foi inaugurada, contando inclusivamente, com a presença de elementos do executivo camarário. Contudo, esta superfície tão depressa abriu como fechou, sendo que até hoje, aquele espaço



permanece fechado, sem que consigamos perceber porquê, por que razão por que motivo e, por isso, a pergunta que aqui deixo, e a qual gostaria de ver esclarecida é a seguinte, o que está a inviabilizar a abertura do Intermarché em Vale Pedras?"-----

Domingos Coelho: "Gostava de colocar duas questões, uma das quais já coloquei na última assembleia e o Senhor Presidente, talvez por lapso, não respondeu que a ver com a habitação, a habitação é um dos graves problemas, talvez o maior problema do concelho só para tomar alguma nota, o preço por metro quadrado é mais caro, a média do preço do metro quadrado em Albufeira é mais caro do que em toda a região e a região já tem um preço superior ao nacional, e relembro que, os salários médios de albufeira, que enfim, que a maioria na hotelaria não são salários altos, portanto, como é que os nossos concidadãos albufeirenses tem acesso à habitação, a solução é se calhar o que acontece, ir para cada vez mais para o barrocal ou cada vez mais, diríamos até para outros concelhos, portanto, a pergunta em concreto é: se há projetos para habitação no âmbito do PRR, em que situação estão esses projetos e tendo em conta a execução orçamental, foi foi-nos informado na última assembleia que, a verba destinada à habitação, só quarenta e quatro por cento é que estava a ser executada. Outra questão em relação à Ponte dos Barreiros, em Paderne, portanto, está em perfeita degradação quer nas as laterais, portanto, aquilo que protege os transeuntes, quer na sua estrutura, nos pilares que é, digamos, em qualquer dos lados, provavelmente diz-se que, não chove e não corre grande perigo, mas não se sabe quando é que chove e, como sabe, cada vez a chuva será com maior intensidade, quando vem parece que vem tarde, e portanto, aquilo represente um perigo para os transeuntes. E a pergunta é que em que pé é que está a reparação ou a construção de uma nova ponte dos barreiros? Obrigado."-----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, a minha intervenção vai no alinhamento dos meus colegas, André Lima e Luna Silva. Antes de mais, começo a fazer uma reflexão, no passado dia quinze de Outubro, fez um ano que iniciamos funções, saúdo, todos os eleitos em funções, expresso, votos que, tal como eu, continuemos a aprender e a melhorar as relações e ações com o propósito de servir albufeira e os albufeirenses. Quer, porém, dizer que tudo temos feito para formar opiniões esclarecidas e deixar contributos sobre os mais diversos assuntos que importam para a nossa comunidade, mas temos tido algumas dificuldades, e é com algum desagrado que constato que o Senhor Presidente e o executivo ao longo deste ano não responderam algumas



questões que nós, que são importantes para nós assim, vejamos, questionei ao Senhor Presidente, quando iriam iniciar as obras de ampliação na escola EB dois três, Doutor Francisco Cabrita e não foi capaz de dar uma resposta objetiva e a que me deu resumiu-se, estamos a fazer os projetos de especialização. Andamos nisto há um ano, volto então a perguntar: quando é que se iniciam as obras de ampliação da escola EB dois, três, doutor Francisco Cabrita. Relativamente às novas habitações que foram construídas em Paderne, assunto já aqui abordar por diversas vezes nesta Assembleia, que já teve como resposta, estamos a finalizar, falta terminar espaço exterior, estamos a ver, enfim, pergunto, Senhor Presidente, quando é que vão ser entregues as casas às famílias? Temos famílias desesperadas à espera de uma casa. Numa das minhas intervenções relacionadas com o desporto e a juventude, e que faço agora aqui um parênteses, para quem não sabe, apesar da minha área de formação ser o desporto e, ao contrário do que se quer fazer parecer, não faço das questões relacionadas questões pessoais, é por direito e ação nas minhas funções enquanto oposição, levanto as questões, porque já trabalhei na área e hoje, se os munícipes diariamente faça o acompanhamento, a fiscalização e quando necessário, as questões pertinentes. Na última Assembleia, Senhor Presidente, questionei sobre um email que enviei para saber quais são os critérios da atribuição dos espaços nos pavilhões desportivos. A resposta do Senhor Presidente foi que esse pelouro é da responsabilidade do vice-presidente, no entanto, a verdade é que, até hoje não fui esclarecida, nem recebeu um e-mail com uma resposta ao meu pedido de esclarecimento. Da intervenção que fiz sobre o regulamento, funcionamento pavilhão Municipal, a mesma resposta, até hoje também não tive qualquer resposta. Senhor Presidente, relativamente à preocupação manifestada acerca do hospital Central, uma responsabilidade inequívoca da administração central que há mais de 10 anos só não foi executada, porque não faz parte das agendas como uma prioridade, sendo que o terreno para a sua construção não é claramente um problema, porque, neste momento, o problema, é as condições que o nosso centro saúde de Albufeira não tem. Diga-nos, senhor Presidente, o que que é que tem feito para ultrapassar as dificuldades existentes no nosso centro de saúde? Posto isto, Senhor Presidente, digam-nos como posso ajudar? As perguntas que são feitas são com o objetivo de estarmos esclarecidos, eventualmente, apresentar propostas e, principalmente, esclarecer os albufeirenses, mas sem as suas devidas respostas, não



podemos fazer. Será que há alguma forma de obter essas respostas? Podemos ajudá-lo de alguma maneira?"-----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos, na última Assembleia foi aqui mencionado pelos colegas deputados, só tenho pena que, quando se referiram ao conteúdo das minhas palavras, não tenham precisamente parado quando eu a seguir, dizia que nada de pessoal me movia, que era apenas uma dúvida que eu tinha, dúvida essa que nasceu do acontecimento anterior, como a outra colega deputada. Já em relação ao senhor presidente da Assembleia, quando há cerca de quatro meses, pedi pela primeira vez esse parecer, o senhor logo nos confidenciou a sua opinião sobre esse mesmo parecer, até na última assembleia, quando alguém falou desse parecer, que não eu, tornámos a ficar a saber pela terceira a saber qual era a sua opinião sobre esse parecer Senhor Presidente da Assembleia. Eu não me lembro, disse ter acontecido em todos os outros pedidos de parecer, e na minha modesta opinião, não tinha que acontecer. Quanto a mim, está errado, já ter dado quatro vezes a sua opinião sobre um parecer que nunca chegou a aparecer. Mais, julgo que todos nós devemos ser o mesmo tratamento deste dentro desta sala, eu, pelo menos, não quero ter um tratamento especial e muito menos ter que ouvir a opinião sobre um parecer de alguém, a quem não o pedi, e a quem julgo não ser essa a sua função. Dito isto, retiro o meu pedido de parecer."-----

Presidente da Assembleia: "Só para lhe dar indicação, o parecer já foi pedido há bastante tempo e ainda não chegou e, naturalmente que o Presidente tem o direito de emitir o seu parecer, emitir a sua a sua opinião, tal e qual como qualquer outro membro da Assembleia Municipal. Muito obrigado."-----

Leonardo Paço: "Eu não disse que o senhor não tinha direito a emitir a sua opinião, eu penso é que já foram pedidos aqui, se calhar, mais de uma dezena de pareceres, aliás houve já até, quem aqui nesta sala brincasse com tantos pareceres que foram pedidos, é pena só ter feito em relação ao meu pedido, mesmo quando não fui eu a falar sobre o mesmo, como aconteceu na última assembleia que nem sequer intervim e alguém entrevistou, e o senhor continua a dar a sua opinião sobre o meu pedido de parecer, que eu acho que é, olhe acho que não é sua função."-----

Presidente da Câmara: Se algumas perguntas não tem tido resposta, então ainda ficava pior. Bom, algumas questões são fáceis de responder outros não tanto, mas vamos tentar aqui dar a volta a isto. Relativamente ao posto da Guarda Nacional Republicana, nos Olhos de Água, Senhora Presidente da Junta, Indaleta Cabrita, portanto, dei a



informação aqui na última Assembleia, salvo erro, foi recebido pela Senhora Secretária de estado da Administração Interna, Isabel Oneto, no sentido de agilizar e tornar um pouco mais rápido toda aquela panóplia de pareceres que é necessário das várias instâncias da Guarda Nacional republicana. Aqui há 2 questões, essenciais, uma delas é o funcionamento e a disponibilidade que a Junta de Freguesia tem tido para ceder o espaço, que lhe faz falta, portanto, e já lá vão quatro anos, quatro anos e tal, eu falei com capitão Pereira, que é o comandante do destacamento, e que penso eu teria falado com o Senhor Presidente, não sei se falou, e de ser ele a resolver isso, porque não foi a câmara que entendeu ceder aquelas instalações, secção assunto tem que ser tratado entre a Junta de Freguesia e o Destacamento da Guarda Nacional Republicana. Se a Guarda Nacional Republicana não faz atendimento naquele espaço, pois também acho que não justifica estar aquilo disponibilizado para eles estarem a utilizar aquilo e sem que mais ninguém esteja a utilizar. Relativamente ao protocolo a estabelecer entre a Câmara Municipal e a Secretaria Geral da Guarda Nacional Republicana, Secretaria Geral da Administração Interna e a própria Guarda Nacional Republicana, são três entidades que têm que ter comentários sobre os projetos, vai ser aprovado e vai ser a próxima grande Câmara, não na próxima de amanhã, mas na próxima do mês de novembro, vai ser apresentado novo protocolo, no fundo é quase parecido com o anterior, só que o anterior já estava esgotado o tempo, já não tinha valor jurídico, então foi feito um novo, mais ou menos as premissas são parecidas. Há uma distribuição equitativa entre o valor da empreitada que, na altura no primeiro protocolo que foi feito, era de duzentos e cinquenta mil euros, cada entidade e agora, com certeza, será mais. Depois os projetos de arquitetura e especialidades que ficaram da competência da Câmara Municipal, embora, repito, a Câmara Municipal e já o disse várias vezes, não tem responsabilidade neste campo, mas é uma questão de manter aquele posto aberto e ao serviço das populações. Espero que não torne agora a iniciar-se um processo burocrático ou administrativo que acontecia na altura, porque lembro-me perfeitamente de duas questões que foram levantadas com o projetista, que a câmara entendeu, foi mandado para essas entidades darem o parecer, por exemplo, devia estar num lado, devia de estar no outro, então mandaram para baixo para o projetista novamente fazer a mudança da janela, mas depois quando a janela foi bem colocada, já era o armeiro que não podia estar no sítio, devia de estar no outro, enfim e tudo isso demorou quatro anos. Espero que isso agora seja muito mais rápido,



que aquilo que foi na altura. Relativamente à deputada Carla Madeira, o tema dos fogos de Paderne, depois no fim passo a palavra a Senhora Vereadora Cláudia Guedelha, porque há aqui várias questões, tem a ver com essa questão. Os transportes sobre Paderne, evidentemente que, neste momento, está a ser trabalhado com a transportadora, que faz os transportes intermunicipais, mas, como diz e tem dito, após a entrar em vigor, a concessão nova do Giro aqui na parte que está previsto, terá que se arranjar uma solução, seja o atual forma que se agilize melhor e funcionalismo melhor a questão dos transportes para Paderne, isso fica prometido. Não vou dizer quando é, porque não vou aqui arriscar a fazer uma data, a dizer que isso não será assim, portanto, cada vez mais depende de muita coisa, e as datas que hoje se dizem, amanhã não são verdade, em quase nenhuma situação. Relativamente ao senhor deputado Carlos Quintino, relativamente à questão do hospital Central do Algarve, isto surgiu numa reunião da AMAL em que estive presente, mas sim tenho estado presentes em todas, em que se discutia e estava lá em presença o CHUA, o centro hospitalar universitário do Algarve, que tem a parte do Hospital de Faro, e hospital de Portimão e uma vez que há quantos anos se anda a tratar, foi momentâneo que surgiu essa ideia, entendeu que se anda a discutir há quanto tempo a construção de um hospital, a manter-se em funcionamento, o Hospital de Faro, evidentemente, com outro forma de funcionamento, com outras valências, eventualmente outros departamentos, outra forma organizativa, e o hospital de Portimão teria todo o sentido, Isto é uma questão, de fazer o hospital, a gente não faz hospital nenhum, mas acho que era todo o sentido e albufeira ficava com certeza a beneficiar com essa parte, penso eu, não sei se estou certo ou se estou errado, como dizia a alguém, mas o que é certo é que acho que sim, acho que era de todo o interesse, que o concelho de Albufeira ficasse com o hospital central, havendo mantendo o hospital de Faro em funcionamento e o Hospital de Portimão, significava que aqui Albufeira, uma confluência de várias vias de comunicação e de vários e fácil de acessos, a autoestrada também, portanto, que ficasse aqui sediado, seria um benefício para o concelho, mas evidentemente que se ele ficar noutro lado, terá que ficar, interessa que realmente seja construído e sirva a população do Algarve e quem nos visita. Relativamente ao deputado André Lima, quero dizer, na reunião intermunicipal, o assunto pode ser tratado da mesma, isto não foi de brincadeira que falei naquilo que acho que, aliás toda a gente ouviu, e quem quis ouvir ouviu, portanto, não tem problema absolutamente nenhum. O Deputado André Lima



sobre a questão da gaiola dos patos e que, de alguma forma, portanto, a ver as pessoas a sorrir no fundo, não sou eu que sorri, quando cheguei ali abaixo, por exemplo, o fundo das escadas, já sabia o que é tinha sido daquele espaço, lembrei-me na altura, não me lembrei aqui, foi quando foi a feira de caça e pesca para os patos, está respondido. Evidentemente, que não me lembrava, nem tão pouco mais ou menos, o que é que seria, ou que patos eram, a gaiola, para que é que era a gaiola e onde é que ela estava. A Deputada Luna Silva, tem aqui duas questões sobre os montantes gastos nas festas sazonais, festas de Verão, no seu todo, vou preparar a resposta para eu próprio mandar, durante a próxima semana e as dívidas da Câmara Municipal. A Deputada Inês Mendonça, mencionou sobre a construção de uma nova superfície comercial, portanto, está aqui o senhor arquiteto Eduardo, que poderá tecer alguns comentários sobre isso. O que eu não vejo e não sinto, da questão da inauguração, foi precisamente isso que falei há pouco, quando disse aquilo que disse, e não torno a repetir, há uns minutos atrás, sobre a inverdades, portanto, quando se fala na inauguração, não se fala na abertura, atenção, os supermercados, acho, que não abriu no dia que foi inaugurado, digamos assim, supostamente inaugurado, não sei se foi inaugurado ou não. O que é que é uma inauguração de uma coisa? Não sei, não está definido ainda, a gente não tem isso definido, se a inauguração coincidir com a coincidir com a abertura, não foi inaugurado, porque não foi aberto, porque não estava em condições de ser aberto, porque não tinha licença de utilização e se abrisse sem licença de utilização, tinha que ser responsabilidade do próprio, do próprio explorador, claro. Mas senhor arquiteto Eduardo, vai ter, se o senhor presidente o permitir, vai explicar isso mais tecnicamente sobre a questão da indemnização da abertura e porque é que está fechado, porque é que continua encerrado, é sinal de que ainda não tem licença de utilização. O Senhor Deputado Domingos Coelho, sobre as habitações, é verdade, mas é verdade que é um dos problemas graves, não só de Albufeira, mas praticamente o resto do país numas zonas mais intensa, uma gravidade mais intensa que noutras, mas o PRR tem aqui o primeiro direito, algumas moradias, setenta, setenta e três nas Fontainhas, tal projeto especialidades, penso eu a terminar, para se poder lançar o concurso e fazer a feira candidatura, quando houver a possibilidade dessa mesma candidatura. Sobre a ponte dos Barreiros, já temos o projeto de arquitetura, faltam os pareceres, da APA já temos, e falta lançar concursos, vai ser lançado concurso exatamente para rever essa mesma ponte. Relativamente à Deputada Mónica Félix



também tem aqui algumas questões, que são as novas habitações, que também pedia depois à Vereadora Cláudia para responder. Sobre os centros de saúde possa ser eu a responder, estou tratar com a questão do terreno, precisamente para fazer essa mesma ampliação, o valor que já está consignado, não está reservado, nem está cativado no âmbito do PRR, são à volta de cinco milhões de euros, ou eram, não sei se esses chegarão, mas que vem dar possibilidades de o fazer. Ainda há dias estive numa reunião com os elementos do Lidl, e estamos a preparar essas questões, e estamos simultaneamente, já tivemos no terreno várias vezes com os técnicos da ARS, que é a entidade responsável e os técnicos da Câmara, para as elaborar o projeto de arquitetura e, depois, consequentemente, os projetos especialidades. Quando diz que o hospital Central não é um problema, pois não é um problema, não, não é um problema, se ele for feitos não é um problema. Já expliquei porque é que propus aquela ideia, foi uma ideia até bem acolhida, pelo que me pareceu, pelos elementos do CHUA, e de outros elementos, não podemos só pensar que todas os equipamentos sociais ou outra coisa qualquer, terão que ir todos para o mesmo concelho, até fiquei um bocado mal pensarmos assim. Claro que não íamos pensar que o Hospital Central do Algarve, ficaria, por exemplo, em Alcoutim, Aljezur, os colegas desses dessas duas idealidades, no sentido de não estou a menosprezar, nem pouco mais ou menos os dois municípios extremos do distritos, de Faro, não é isso que está em causa, o que está em causa, é a funcionalidade e os serviços que pode prestar melhor. Mas o que interessa, que eu digo, o mais importante é ele ser feito. Ser feito aquilo ou ali, tem um sentido lógico no sentido, talvez de mais funcionalidade, só nesse aspeto que eu quero dizer. Sobre a questão dos pavilhões, vou passar ao Senhor Vice-Presidente, depois para responder. A ampliação da Escola Francisco Cabrita, o projeto está a ser elaborado, embora não seja nenhuma daquelas que foram referenciadas, para serem financiadas pelo PPR, mas qualquer das maneiras está portanto está em equação nós fazermos as custas próprias. Pedia à senhora vereadora Cláudia Guedelha para responder às questões colocadas sobre as habitações de Paderne."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Muito boa noite. Obrigada, Senhor Presidente, relativamente às casas de Paderne, efetivamente, a estruturas estão concluídas há algum tempo só que para ficarem funcionais no decorrer deste ano, houve aqui uma série de questões que levaram mais algum tempo não dependente de nós, mas dou exemplo, por exemplo da e-redes, que está a terminar, penso que mais quinze dias



estão a terminar as ligações, que é o que faz as casas funcionar, portanto, sem isso e por mais que estejam lá as paredes e os arruamentos, como é evidente, temos que aguardar para que tudo funcione em pleno. Relativamente ao número de fogos que ficaram livres, vamos abrir novo concurso, que já está praticamente também pronto a avançar, mas em conjunto também optámos por esperar mais um bocadinho, porque, entretanto, já temos cerca, penso eu, cinco casas concluídas das que foram adquiridas na Quinta da Palmeira e que precisavam de algumas remodelações, nomeadamente substituições de cozinhas e tudo, para avançarmos em simultâneo com mais estas casas que vão, penso que são catorze no total, uma parte já está pronta, a outra também está em andamento para juntarmos ao concurso. Depois complementar também que o Senhor Presidente disse, efetivamente a questão da habitação é uma preocupação, temos o apoio ao arrendamento, temos o projeto Samora Barros pronto para abrir concurso, temos a Quinta do Barros para colocar a especialidade, para avançar com o concurso para as especialidades. Estamos também aqui a ponderar criar um outro projeto, ara além daquele das Fontainhas, aquele das Fontainhas também já está, estamos só dependentes do parecer do escoamento das águas para a linha de comboio e tivemos uma reunião há pouco tempo no local e penso que esse parecer também deve estar praticamente pronto para o concurso avançar.”-----

Arquiteto Eduardo Viegas: “Sobre a questão que foi colocada sobre a superfície comercial, posso esclarecer que, na presente ata correm procedimentos urbanísticos que são tendentes a que seja emitido o alvará de utilização. Houve um projeto inicial, foram efetuadas alterações no decurso da obra, que foram apreciadas na última reunião de câmara, só depois desse novo projeto, digamos assim, dessas alterações tenham sido licenciadas é que o promotor pode efetivamente pedir o alvará de utilização, depois haverá vistoria, se tudo tiver em conformidade, esse alvará será emitido. Não será exatamente a mesma coisa, mas o posto de abastecimento também está pendente da realização de respetiva vistoria e depois da emissão do alvará de utilização. Esclarecer também que, a parte das obras de urbanização, ou seja, a rotunda e os acessos que foram efetuados naquela zona não foram efetuados pela câmara, mas foram efetuados pelo promotor como condição até necessária para que aquele estabelecimento ali se localiza-se.”-----

Vice-Presidente: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agora sim, senhor presidente da câmara, restantes membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados,



dizer que nós temos em Albufeira três mil duzentos e vinte atletas, cerca das quais são dois mil duzentos e quarenta e um federados, temos vinte e tal clubes desportivos e temos, eu, enquanto responsável pelo pelouro do desporto, reuniões não são diárias, são quase diárias com todos os clubes desportivos, seja com dirigentes, seja com atletas para resolver todos os problemas. Relativamente à questão da gestão dos pavilhões, neste caso do Pavilhão Desportivo de Albufeira, existe já de há muito tempo, um princípio, que é um princípio básico, que é, a há um conjunto de clubes que parti com modalidade antes do meu mandato com determinadas regras há um técnico, neste caso, o técnico Luís Modesto, que está simplesmente a distrito daquilo que é, garante o normal funcionamento, não só daquele pavilhão, mas todos os outros, nós fazemos, a gestão de todos os pavilhões, fazemos reuniões sobre a utilização dos espaços, temos essa preocupação, como digo, diariamente falo com os dirigentes e queria aproveitar esta ocasião também para deixar aqui a informação a Assembleia Municipal e neste caso também, porque o senhor Presidente da Câmara teve efetivamente, no princípio deste processo dizer que ainda hoje recebemos um reconhecimento internacional por parte da DSISO, foi aqui dito pela deputada Luna Silva, relativamente ao Campeonato do Mundo de síndrome de down. É uma questão que está associado, naturalmente, a questão do desporto, dizer que recebemos até de dezassete a vinte e três, vamos ter cá o Campeonato do Mundo de Síndrome de Down natação. Recebemos hoje, Senhor Presidente, um elogio por parte dos dirigentes internacionais, é a segunda vez que a Albufeira recebe este evento, um elogio parte da Federação Internacional, dizendo que Albufeira sabe organizar estes eventos, isto na senda daquilo que é o projeto do seu Presidente, nós estamos a trabalhar, cidade europeia do desporto dois mil e vinte e seis. Portanto, as questões da gestão dos pavilhões são feitas diariamente, há situações que podem ser resolvidas no imediato, há outras que não. Temos quinze infraestruturas para gerir todos os dias, temos três mil, duzentos e vinte atletas, dos quais dois mil duzentos e quarenta e um, federados. Aproveito a ocasião, porque não terei aqui provavelmente, hoje, ocasião para o fazer, para também que dizer que, e há muito que era um desejo por parte das gentes da Guia, número farto, não me canso de frisar, esta dimensão que em muito em breve, senhor Presidente, iniciar-se-á a construção do campo sintético, do futebol clube da Guia, portanto, acho que é uma boa notícia para o Concelho, é uma boa notícia para a freguesia da Guia." -----



Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira: "A minha questão, Senhor Presidente, penso que não foi respondida, uma vez que, realmente o capitão não falou comigo, eu é que fui à procura do senhor capitão e o que ele me disse e passo a citar, foi o seguinte: "a Câmara Municipal e o MAI vão ter que resolver essa situação, porque foi a Câmara Municipal e o MAI que assinaram o dito protocolo." Coloca-se aqui uma questão, e o que é que eu faço no meio disto?"-----

Mónica Coimbra: "As minhas perguntas não foram respondidas, nomeadamente o vice-presidente respondeu, falou, falou e não disse nada. Eu perguntei, fiz uma pergunta simples, perguntei quais são os critérios de atribuição dos espaços, não perguntei quantos atletas federados havia, quantos clubes é que haviam, quero é saber quais são os critérios. Portanto, e também perguntei qual é o regulamento do funcionamento do pavilhão Municipal, são perguntas que eu já tenho feito, já não sei quantos meses, e não tenho qualquer resposta. Eu não falei nada do que o senhor Vice-Presidente respondeu, nem perguntei nada daquilo que ele respondeu. Sabemos que há um técnico responsável, isso eu também sei, sabemos que há uma gestão que fazem, mas eu quero saber quais são os critérios. É simples a pergunta."-----

Presidente da Câmara: "Bom, muito obrigado. Senhora presidente da Junta de Freguesia, pois eu resposta para essa questão também não sou eu que tem que ter essa resposta, não é? Eu tem que assinar realmente, temos tem que fazer aprovar realmente o protocolo, o novo protocolo, uma vez que o anterior está caducado, extinguir-se, por passagem prazo. Nesse protocolo, pode ficar inseridos qualquer aspeto dessa ocupação que a Guarda Nacional Republicana, até feito dos espaços que a Senhora Presidente gere, não sendo responsabilidade da Câmara, não é a câmara que gere esse espaço, e não é a câmara que o tal utilizar é a Guarda Nacional Republicana. Temos falado sobre o uso que eles ultimamente fazem daquele espaço, não sendo adequado, não fazendo atendimento, como eles antes faziam, e no meu modo de ver, não é apenas uma opinião, acho que se não fazem atendimento, não precisa de usar o espaço, acho eu, mas isso a funcionalidade da Guarda Nacional Republicana é aos órgãos da Guarda Nacional Republicana que compete, eu posso falar novamente com o senhor Capitão Pereira. O senhor capitão Pereira garantiu-me, falei com ele uma terça-feira, lembro perfeitamente, e ele disse-me que iria falar com a Senhora Presidente na quinta-feira, evidentemente que eu não sei se ele falou, senão falou, nunca mais me foi dito nada, que iria falar sobre esse aspeto, agora se não falou, eu posso tornar-lhe



a falar, é a única coisa que posso fazer. Quando for assinado o protocolo, posso realmente falar nesse campo, mas também digo uma coisa as entidades que estão a assinar o protocolo, não tem a ver com a parte em si, da segurança no terreno de utilizada pelas forças de segurança. Mas eu posso falar com o Capitão Pereira, no sentido de fazermos uma reunião provavelmente a três, e verificamos essas situações, embora, como digo, a Câmara Municipal não tem, nem a responsabilidade que compete à Guarda Nacional republicana, que é uma entidade extremamente hierarquizada e tem todos os seus orgulhos em funcionamento, e não tem superintendência sobre aquele espaço que é superintendência da Junta de Freguesia. Eu posso continuar com os esforços no sentido, de ver aquilo resolvido, e acho que deveria ser entregue à Junta de freguesia porque se eles não fazem o papel que deviam fazer, acho que não está bem, mas posso continuar a labutar por isso. Relativamente à questão da Deputada Mónica Félix, pedia que o Senhor Vice-Presidente viesse responder.”-----

Vice-Presidente: “Muito obrigado Senhor Presidente, presumo que ainda tenho alguns segundos, muito obrigado por essa atenção, dizer que farei chegar à Assembleia Municipal, a ter na sua pessoa, o regulamento de gestão dos pavilhões desportivos. Muito obrigado.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, nem leitura resumida da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao Período da Ordem do Dia. --

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Tomada de conhecimento do procedimento da Candidatura ao Aviso n.º 14199/2022 - Educação Ambiental + Transversal + Aberta + Participada 2022 (ENEA 2022); -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “ Obrigado, penso que nos devemos congratular por este projeto, e especialmente pelas medidas que o executivo já implementou, segundo consta no relatório e já agora eu diria mais uma ideia, peço que, neste contexto de escassez de água, penso que seria de real importância que se destinasse dois ou três pontos de entrega de água tratada, para a construção civil, ou seja, não tem sentido que especialmente obras com grandes hectares e com grandes compactações, se gastem centenas de metros cúbicos de água da rede, quando se poderia gastar água



exatamente tratada, e penso que isso passaria quando a aprovação do projeto ficar logo no despacho, que aquele edifício, aquela obra, teria que usar água tratada e ficava logo dito onde é que podia recolher essa água tratada e depois haver um controlo sobre o contador de obras para que, enfim, aqui ela passasse o de letra e que não foi e que nós começa a ser executado, portanto, ou seja, o que importa é que cada vez se utilize mais água tratada."-----

Luna Silva: "Muito obrigado. Senhor Presidente, começo por congratular a Câmara Municipal pela iniciativa da candidatura deste fundo ambiental, com a análise de mérito, sensibilizar para reeducar, bem como o conjunto de ações, com o objetivo de envolver a população e o Município num bem comum que é o combate à escassez da água e a seu desperdício, na divulgação da qualidade de água do município, sensibilização das populações para o consumo de água tratada da torneira como fonte saudável. De acordo com aviso número catorze, cento e noventa e nove barra de dois mil e vinte e dois, publicado no Diário da República, a dezoito de julho de dois mil e vinte e dois, o prazo para a receção das candidaturas seria até às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e dois. A análise das candidaturas que inclui a verificação formal dos requisitos de admissão, dos candidatos caberia a uma comissão de avaliação. Concluída a análise pela Comissão de Avaliação elaborada assim a lista de candidaturas de admissão, a comunicação de decisão aos candidatos efetuada até 45 dias a contar do dia seguinte ao termo do período relativo à apresentação da candidatura. A questão que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente, uma vez que o prazo já decorreu é saber se já tem efetivamente conhecimento da lista de candidatura e se o município de Albufeira foi admitido."-----

Raul Ferreira: "Boa noite, mais uma vez, gostava aqui de aplaudir esta iniciativa, efetivamente, é uma iniciativa boa para o concelho de Albufeira. As questões ambientais, nomeadamente a questão da água é de importância primordial para todos nós, de vida à escassez da água que atualmente existe. No entanto, eu gostava de realçar um ponto, a educação é importante, alertar as pessoas para a questão da água e do racionalizar o seu consumo é importante, mas há uma questão que tem de ser aqui também tocada, que é a questão do desperdício da água que ocorre pela deficiente rede de distribuição que existe no concelho de Albufeira. O concelho de Albufeira tem cerca de trinta por cento de desperdício de água daquela água que compra, portanto, é



uma situação que temos que investir em melhorar toda a distribuição de rede de águas no concelho de Albufeira e penso que esse é um ponto também em que o concelho deve investir. Só a título de exemplo, gostava de lhe referir que o por exemplo, concelho de Tavira, tem apenas um desperdício de 13% da água que é comprada as Águas do Algarve, Albufeira ascende aos trinta, trinta e três por cento de desperdício. Portanto, penso que o executivo tem que tomar nota desta situação e efetivamente, criar uma solução para que o desperdício seja menor." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, trata-se de uma tomada de conhecimento, mas na bancada do PSD/CDS não queria deixar de enaltecer a tomada de posição do executivo em tempo, a candidatura foi submetida, teria que ter sido submetida até trinta e um de agosto. Certamente, senhor Presidente, terá mais informações a nos dar sobre a mesma, mas aproveitar o ponto para realçar aquilo que é a política de consciência ambiental que o município de Albufeira tem feito, nomeadamente naquilo que é a passagem da mensagem de poupança para a comunidade educativa, ou através da comunidade educativa, pelas escolas, pelas unidades hoteleiras e utilizando alguns meios que, até à data, não tinha sido feito, como é o caso do outdoor, salvo erro na rotunda da esfera armilar e outros e, portanto, o senhor presidente está a dizer-me que são dois outdoors e, portanto, tudo o que se possa fazer é efetivamente positivo, tendo por base aquilo que é a dificuldade que temos e sobretudo, a dificuldade que temos em obter água no Algarve, tendo em atenção as últimas notícias que nos dão conta que as barragens algarvias estão abaixo daquilo que é o mínimo. Sei também que o município de Albufeira desenvolve esforços no sentido reutilizar a água tratada das ETAR, nomeadamente em alguns pontos de rega, que tem que tem por intenção desenvolver também a substituição de alguma vegetação por vegetação que não careça de tanta rega. Tenho essa indicação, senhor Presidente, pedia também que nos desse um pouco mais de informação para que todos saibamos o que é que pensa e que planeia para o futuro, deixava aqui uma pequena sugestão, que já é utilizada em muitos países, que diz respeito aos relvados, portanto, as zonas que não são possíveis substituir o relvado, porque há zonas que são possíveis substituir está-se a utilizar muito relva artificial, que tem efetivamente a rega praticamente zero e manutenção também, deixava também aqui essa essa sugestão." -----

Presidente da Assembleia: "Eu gostaria também de deixar aqui uma nota para enaltecer este programa. Este projeto tem inúmeras virtualidades mas com algumas



contradições. Tem a ver com o seguinte, os workshops nas escolas não têm qualquer valor alocado, pelo que presumo que sejam feitos por funcionários do executivo ou mesmo professores. E digo isto porque as crianças e os jovens são realmente um enorme fomento no que diz respeito à dinamização das novas tecnologias e das novas realidades e, de facto, como aqui refere, são cerca de três mil alunos. Verifico no entanto que não há valor destinado a este tipo de workshops, portanto, presumo que seja por, como se costuma dizer, prata da casa, mas queria aqui realçar que as crianças e os jovens são extremamente importantes para mudar muitas das mentalidades dos pais e dos familiares, deixando assim nota nesse sentido." -----

Presidente da Câmara: "Muito obrigado pelas questões levantadas, portanto, relativamente ao deputado Domingos Coelho, portanto, a água tratada, nós já estamos a usar alguma que dá para esse efeito e ali a água da estação de tratamento de Ferreiras, que desce por gravidade e é apanhada ali tanto que rega já uma parte também daquele vale do parque do Ribeiro, no entanto, a água para a compactação de algumas obras públicas estava a ser transportada daquela lagoa da facial, o que mandei parar e pôr um portão, porque era o sítio caso houvesse algum incêndio de algum monte era o sítio onde os helicópteros iriam abastecer, e a água estava já a ir muito abaixo, não tem chovido, é natural, mas é uma ideia, a obrigar até. Relativamente ao deputado Raul Ferreira, relativamente às perdas de água, nós fizemos o mapeamento em sede da AMAL, decidimos que todos os municípios fariam o mapeamento que daquilo que seria a necessidade ou daquilo que seriam as necessidades de perda de água. Porque esta questão da perda de água também é muito relativa. Há municípios que não têm Contador se calhar no jardim, isso é considerado como perda de água, se não tiver lá contador não conta para efeitos estatísticos, é contada como perdida, portanto, não é faturada, nem é usada ou até os das associações ou coisa parecida, não quer dizer que seja o caso de Albufeira. Albufeira tem uma rede, alguma dela antiga, eventualmente há ruturas e nós temos e já continuando com outra resposta que já alguém falou na questão da substituição, foi o deputado Carlos Quintino, substituição das espécies vegetais, como já disse várias vezes, era uma política e uma filosofia, era e é, substituir a grande maioria da relva, porque não só pela água que gasta, mas pelo trabalho das pessoas que se dedicam imenso trabalho ao corte da relva, porque relva com sol e com água, aquilo ouve-se a crescer. Para além disso, a regra da relva é uma regra que é prospeção e facilmente um aspersor em vez de estar a regar a relva, está



a mandar água para a estrada, o que para além de se tornar, peço desculpa pela palavra, feio, não é só a questão de ser feio, é a questão de ser não pedagógico e o que se pretende aqui é alguma pedagogia também. Portanto, todas as espécies nomeadamente na marina, olha-se para aquela placa central da Marina foi por onde se começou a fazer essa substituição, já está a ser tudo substituído, esta semana se ainda não plantaram, hoje não passei lá, não sei se já plantaram alguma coisa no fim da semana passada ou no princípio desta, as plantas estavam quase a vir. Portanto, isso está em andamento, inclusivamente, determinei a rega de alguns espaços de relva, que não eram funcionais, não havia necessidade nenhuma de aquela relva estar verde, porque não justificava. Relativamente às perdas de água, a AMAL pedi um mapeamento de todas as necessidades que os municípios entendiam ter ou tinham, o que é certo é que apresentaram pedidos na ordem dos cento e cinquenta, cento e sessenta milhões de euros, pensando nós que o PRR viria porque, para substituir uma conduta de água, que está e por baixo de uma estrada não é só substituir a conduta dava. É preciso fazer tudo, é passeios, é iluminação pública é tudo, portanto e o financiamento e só sobre a conduta de água o resto não há financiamento nenhum no Algarve, no resto do país há, no vinte vinte, no vinte trinta se calhar ainda vai ser pior, mas as perdas de água e é nisso que estamos a falar, era cento e sessenta milhões de euros, no total e, afinal de contas, a montanha pariu um rato, só houve trinta milhões, portanto, nem 2 milhões dá a cada município, portanto, isto financiamento, evidentemente que tem que se ir fazendo na mesma, independentemente de haver financiamento ou não. A água reutilizada, está-se já a fazer o projeto de nova canalização, uma canalização dedicada para esse efeito e depois de toda esta reformulação, desta reformulação nos espaços verdes, portanto, ficará também uma rede dedicada, rede esta que é de origem da estação de Vale de Faro, portanto. Sobre o deputado Carlos Quintino que falou na questão das barragens, posso informar também, é uma verdade uma verdade nua e crua e que não é uma verdade famosa, a barragem da Bravura já está abaixo do nível morto e já teve que as Água do Algarve contratualizar uma plataforma por colocar na água que lá está, que ainda existe para poder ser bombeada para níveis que se possa depois, isto é da bravura que é a que está mais debilitada de água, portanto, os outros ainda tem alguma, mas falaram que na barragem de Odelouca, salvo erro, as chuvas que choveram há 2 semanas atrás, um dia ou dois aumentaram sete milímetros, mas sete milímetros numa zona baixa da barragem, aquilo não tem quase perímetro nenhum, se



fosse numa zona alta, sete milímetros era muito, mas assim praticamente gasta-se em poucos dias e com a evaporação que já existe, nunca mais choveu nada.” -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia de Ferreiras, de Paderne e Guia;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “É quase uma curiosidade na assembleia anterior apareceram os apoios a duas freguesias, agora a mais duas, mas em ambas as assembleias não para apareceram os apoios à freguesia de Albufeira e Olhos de Água, presumo que deve haver apoios.”-----

Presidente da Câmara: “Se não veio é porque não há, a não ser que os serviços se esqueçam disso, de registar, mas é porque não houve. Tanto que isto é tudo o que vai a câmara e depois vêm aqui para conhecimento, portanto.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO TRÊS

Designação de um representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: “Só para referir que não é necessário que seja membro da Assembleia Municipal, portanto, qualquer elemento que seja cidadão de Albufeira pode ser indicado como candidato a esta eleição.” -----

Carla Vieira: “A bancada do Albufeira Prometida vem indicar a senhora enfermeira Louise Semião, pessoa idónea, pessoa da área, perfeitamente habilitada para representar a Assembleia, nas funções que lhe forem incumbidas nesta Comissão.”

Presidente da Assembleia: “A bancada do PS propõe a senhora enfermeira Ana Patrícia Figueiredo, para representante da Assembleia Municipal, no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve Central. Esta será proposta A. E a



proposta do Albufeira Prometida relativamente à senhora Louise Semião será a proposta B.”-----

Passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----

LISTA A (PS) - oito (08) votos favoráveis; -----

LISTA B (AP) - treze (13) votos favoráveis. -----

Votos em branco: quatro (04) -----

Foi aprovada por maioria a LISTA B, apresentada pela bancada do PSD/CDS.-----

Foi eleita Louise Semião como representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve.-----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da Delegação de competência para assunção de compromissos plurianuais no Presidente da Câmara - Relação dos compromissos plurianuais assumidos; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: “Nós temos um pedido de esclarecimento, que é o seguinte, verifica-se na relação dos despachos preferidos por ajuste direto para aquisição de técnico especializado em regime de outsourcing para gestão e suporte à plataforma Smart City, pelo valor de trinta mil quinhentos e cinquenta e dois euros. A questão é, que tipo de trabalhos serão desenvolvidos por este técnico e por que razão não é um dos engenheiros informáticos da Câmara com a respetiva formação nesta plataforma a fazer esta gestão?” -----

Luna Silva: “Sobre a relação de despachos proferidos ao abrigo da competência delegada pelas excelentíssima Assembleia Municipal, no presidente da Câmara para assunção de compromissos plurianuais, deliberação tomada em sessão de quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, na designação do procedimento fornecimento de iluminação decorativa de Natal em regime de aluguer, o preço base que consta é de cento e vinte e nove mil euros. Ora na Assembleia ordinária de vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, o partido Chega no período de antes da ordem do dia, questionou o Senhor Presidente sobre a penalidade, à empresa Blachere Portugal, comércio de iluminação limitada que, no caso em apreço, foi a aplicação de desconto de pagamentos de acordo com o preço contratual de duzentos e sessenta e um mil



duzentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos com a subtração da penalidade aplicada de noventa e cinco mil quatrocentos e quinze e oitenta e sete cêntimos. Presume-se que o valor pago pela Câmara Municipal de Albufeira pela iluminação de Natal do ano dois mil e vinte e um, foi de cento e sessenta e cinco mil oitocentos e trinta e nove euros e sessenta e dois cêntimos. O partido Chega pretende saber qual é que foi o valor exato pago esta empresa pelo serviço de iluminação de Natal. Ainda sim, a empresa reconheceu efetivamente um incumprimento contractual? Qual foi a sua pronúncia na fase de audiência prévia e a que se refere este cálculo de cento e vinte e nove mil euros que consta do despacho de um de setembro de dois mil e vinte e dois." -----

Domingos Coelho: "Esta verba de cento e vinte e nove mil euros presumo que é para a iluminação natal deste ano, não é? E colocava aqui duas considerações, primeiro mediante este contexto de crise, se o senhor presidente não acha que é uma verba, eu diria avultada e, por outro lado, ainda no contexto de crise e de poupança de energia, qual vai ser o horário e se vai ser cumprida a sugestão que o Governo deu em termos de horário para iluminação de Natal."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão colocada no âmbito da plataforma Nós sobre questão da Nós, portanto, ela prevê o trabalho de um técnico da própria Nós para pôr em andamento e deduzo que vai deixar de ser, que vai passar a ser uma pessoa da Câmara Municipal. Relativamente à questão levantada pela deputada Luna Silva sobre a questão do pagamento à empresa que fez o contrato, vou-lhe enviar todos os valores que são noventa e três mil euros, penso eu que eles assumiram uma parte que foi do contrato não cumprido e depois houve outra parte de incumprimentos por cento tarde, por ser por ser mal feito uma coisa é o incumprimento por falta de meios e outra coisa é um incumprimento, o incumprimento de outros, portanto, há duas partes, duas parcelas desse valor. Relativamente a estes cento e vinte e nove mil euros, não é o valor deste ano. O valor deste ano vai ser, penso eu setenta e cinco mil euros e vão ser apenas alguns apontamentos no sentido de, precisamente ter isso em consideração, e terá que ter horas contempladas de acordo com a redução, que se pretende, de energia durante o inverno." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----



PONTO CINCO

Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Presidente da Assembleia: "Eu gostaria só de fazer aqui uma referência, no documento que vos chegou, há um lapso, assento é com dois "s" e não com "c", portanto, é só para corrigir esse lapso."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, esta proposta decorre daquilo que foi o entendimento que as bancadas chegaram em conferência de líderes, entendimento o qual eu saúdo, no sentido de podermos ter uma assembleia com mais organização do ponto de vista das intervenções, nomeadamente ponto de vista temporal. Houve aqui a sensibilidade das duas bancadas com maior representatividade no que diz respeito ao tempo de intervenção das bancadas com menor representatividade, ou seja, se nós efetivamente fizemos uma conta simples, chegamos à conclusão que os tempos não são proporcionais, mas esse não foi propositadamente o espírito. O espírito foi efetivamente chegarmos a um consenso e podermos ter a Assembleia devidamente organizada em termos temporais no que diz respeito às intervenções, nomeadamente antes da ordem do dia." -----

Helena Simões: "Boa noite, já há bocado foi referido que estamos nestas funções tão nobres há um ano a esta parte, eu não poderia deixar de passar o momento sem referir que eu fiz parte desta comissão que elaborou o primeiro o primeiro Regimento, regimento esse que pouco tempo depois está a ser revisto. Desde o início, face à pluralidade de projetos, de divisões de partidos, sempre pugnei por tentar compartimentar, segmentarizar, definir tempos, para que o trabalho fluísse com naturalidade e de uma forma ordeira. Recordo que quatro meses após temos tomado posse, tomai esta posição que estou aqui agora para alertar aos apupos, às faltas de respeito, a repetição de votações, aos erros e às falhas que têm vindo a ser cometidas. Dito isto, estou em crer que, eventualmente, a forma como está configurada agora poderá ainda não servir o propósito, porque se fizermos contas, 60 minutos de intervenção do público, mais sessenta minutos dos deputados, mais no mínimo, 20 pontos, estou em crer que, eventualmente, poderemos extravasar. Mantenho a proposta que eu também já em tempos fiz que, eventualmente assembleias municipais



segmentadas do ponto de vista das temáticas, do ponto de vista dos pelouros, eventualmente comissões de acompanhamento junto do executivo para que, eventualmente, as pelas coisas possam ser debatidas e não às vezes esplanadas aqui, para seu próprio proveito e para cortes e costuras de Youtubes e afins. Mas, dito isto não poderia deixar de passar também um momento de parabenizar os dois partidos com maior votação, o PS e PSD, a ordem ao contrário, ainda que a nível de elementos, o PS acaba por ter mais, porque efetivamente, se fizermos as contas, tal como o meu colega de bancada teve oportunidade de referir, estes dois partidos saem prejudicados, mas garantidamente, a democracia e a pluralidade de opiniões nesta casa sai enriquecida. Da mesma maneira que quem votou em movimentos que, obviamente, dificultam muitas das vezes a concretização e a formalização de candidaturas revê-se também, espero eu na postura do PS e do PSD/CDS agora que permite esses movimentos que, apesar de terem tido menor votação, tenham de alguma forma, uma maior exposição e que seja um veículo dos seus próprios votantes.”-----

Raúl Ferreira: “Quero começar por dizer que, efetivamente esta alteração mostrou-se necessária. Nós, enquanto Movimento Independente, manifestámos aqui durante o decorrer das últimas assembleias, o nosso descontentamento e nosso desagregado relativamente à forma como vinham a correr os trabalhos. Somos apologistas da democracia, penso que o agradecimento aos maiores partidos é desnecessário, uma vez que penso que estamos todos aqui com o mesmo objetivo, que é criar condições para que todos tenham voz, para que todos possam expressar livremente e democraticamente as suas ideias, os seus pontos de vista, certamente, todos nós temos algo para dar a esta cidade e espero efetivamente que esta alteração venha proporcionar, que cada um de nós possa contribuir de forma mais ativa, de forma mais correta para que a nossa cidade se desenvolva e que, ao fim ao cabo, cumprimos todos o nosso mandato, aquilo que nós desejamos fazer e aquilo que o povo de Albufeira merece que seja feito”-----

Carla Madeira: “Eu só queria colocar aqui uma questão, eu tenho sido uma das que fala, que nós devemos sempre debater as coisas e que o tempo que passamos aqui é sempre proveitoso, desde que seja em proveito do município e dos munícipes. O ponto três deste projeto de alteração do regimento de fala que os restantes deputados que não poderem intervir, podem colocar as questões à mesa da Assembleia que serão remetidas ao senhor presidente da Câmara que responderá por escrito. Eu gostava de



perceber se há aqui um prazo para estas respostas, porque evidentemente, nós aqui fazemos as perguntas e às vezes não temos resposta e gostaria de saber se há algum prazo se não, e é isso que vai determinar depois a minha votação.” -----

Presidente da Assembleia: “A proposta não tem prazo para o senhor Presidente responder, no entanto, se algum dos membros quiser fazer uma proposta nesse sentido, está à vontade para o fazer. Não havendo proposta, mantém-se então o número três intacto e como proposto inicialmente quero também referir que, desde o início e desde a elaboração deste Regimento, formámos um grupo de trabalho, foram várias as propostas, inicialmente avançou-se com a possibilidade de definir tempos, optou-se por não se definir tempos e chegamos agora à conclusão que realmente era necessário, porque a liberdade que foi dada, não foi aproveitada da melhor forma e relativamente a esta matéria a Assembleia é soberana e se eventualmente necessitarmos de outras alterações, estaremos cá para as fazer e para as resolver em conformidade com aquilo que for a vontade da Assembleia.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Leonardo Paço, André Lima, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras-----

Votos a favor: vinte e um (21) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao procedimento para execução da empreitada de construção de Unidade de Cuidados Continuados, pelo valor 4.000.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Na documentação entregue aos deputados municipais, a fim de analisarem empreitada de construção de unidade de cuidados continuados novo procedimento, no primeiro parágrafo, lê-se o seguinte, tendo em conta que o anterior concurso público ficou deserto, mantendo-se a necessidade de contratação pública conforme determinado superiormente para efeitos de resposta social às carências referenciadas no município de Albufeira, na área dos cuidados continuados é necessário o lançamento da empreitada, cujo valor se estima em quatro milhões de euros. A primeira questão que o partido Chega coloca é saber por que motivo ficou deserto o concurso público? Segunda questão, se o concurso que ficou deserto tão trata de ser o concurso anunciado a sete de abril de dois mil e vinte e dois, pois de acordo com o concurso anunciado a esta data, o valor preço base do procedimento era de três milhões, trezentos e dois mil duzentos e cinquenta e nove euros e oitenta cêntimos. Aquele que estamos a discutir hoje é de quatro milhões de euros, a que se deve esta diferença de quase quatrocentos mil euros, com apenas seis meses de diferença entre um concurso e o outro."-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, eu vejo aqui no programa de concursos no artigo quinto, o preço base do presente procedimento corresponde a três milhões trezentos e dois mil duzentos e noventa e nove euros e oitenta cêntimos. Era nesse sentido, senhor Presidente, tentarmos esclarecer, porque efetivamente, apesar de vir em letras grandes, os 4 milhões, se formos ao programa de concurso, no artigo cinco, o preço base refere efetivamente aquele que eu referi, de qualquer forma e naturalmente que esta questão não invalida aquilo que é a vontade da bancada do PSD/CDS parabenizar o executivo pela decisão naquilo que é um equipamento que me parece de extrema importância para aquilo que são os cuidados de saúde dos nossos munícipes e também realçar que seja quatro milhões seja três milhões trezentos e algo, são valores realmente grandes, o que evidencia também aquilo que é a necessidade de ser bastante criterioso o município na escolha do empreiteiro, porque nem todas as empresas mesmo muitas vezes com alvará para o fazerem, têm a capacidade de o fazer e talvez por isso, nem todas têm essa capacidade, o concurso tenha ficado deserto, eu digo talvez, da primeira vez. Para referir esta será uma das maiores obras no mandato, do ponto de vista do valor financeiro, portanto, há também que a isso fazer referência e sendo uma obra dentro daquilo que é a parte dos



cuidados continuados, mas também dentro da área da saúde, a bancada do PSD/CDS não poderia deixar de aqui referenciar." -----

Domingos Coelho: "A minha questão era também essa diferença de números, mas que já foi aqui explanado e esperamos pela resposta, mas acrescentava outra, quantas camas estão previstas na neste projeto?"-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da deputada Luna Silva, o concurso ficou deserto, porque é que ficou deserto? Porque ninguém concorreu, a resposta tão simples. Agora a razão por que é que ninguém concorreu, é porque os concorrentes não entenderam que seria apelativo concorrerem a um concurso com aquele valor. Na altura não estariam criadas as condições, como sabem, as questões estão cada vez mais complicadas e estão mais difíceis dos empreiteiros cumprirem aquilo que se estipula inicialmente. O número de camas, vai ser contemplado com quarenta camas, portanto, neste momento, há vinte que estão a funcionar no Centro de Saúde. O Centro Saúde com esta unidade construída vem melhorar em muito o seu funcionamento, porque 20 destas camas estão nesse espaço, portanto, e aqui será mais 20. Esperando agora que haja concorrentes, que realmente que se candidatem à execução da obra, nem que seja um, mas era bom que houvesse mais."-----

Presidente da Assembleia: "Quanto a esta questão, a referência aqui no artigo quinto, na eventualidade da proposta continuar com os quatro milhões, vai ter que ser alterada na minuta do contrato. A proposta para ser aprovada e que vai ser colocada a votação é uma proposta que tem uma alteração no artigo Quinto, passa de três milhões, trezentos e duzentos e noventa e nove ponto oitenta para quatro milhões, mais IVA." - Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no n.º1 do artigo 77º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente ao procedimento de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Na Assembleia Municipal de vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e dois, no ponto sete da ordem do dia, aquisição de serviços de certificação Legal de contas do município com o preço base de dezanove mil euros, o partido Chega na sua inscrição, levantou algumas dúvidas quanto ao cumprimento do número dois do artigo cento e treze do Código dos Contratos Públicos, com a epígrafe escolha das entidades convidadas, tendo sido o ponto retirado da ordem do dia. Foi solicitado um parecer à divisão jurídica e de contencioso que, na sua apreciação, entendeu existir qualquer inconveniente legal na adoção de ajuste direto com convite àquela entidade. O partido Chega não concorda com o entendimento final deste parecer jurídico, senão vejamos, refere o parecer que apenas devem ter tido em contas os ajustes diretos celebrados ao abrigo da alínea d) do artigo vinte do CCP, ou seja, em função do valor e não os que, apesar do recurso ao ajuste direto, tenham tido como fundamento os critérios materiais previstos no artigo vinte e quatro e seguintes, como resulta ser o caso do anterior ajuste direto, celebrado a dez de março de dois mil e vinte e um e que, para efeitos da aplicação do número dois do cento e treze, contam os ajustes direto e todas as consultas prévias adotadas em função de critérios materiais, ou seja, o fundamentam para uma nova celebração é o facto de o valor ser de dezanove euros, valor inferior a vinte mil euros permitido pela lei ao abrigo da Linha d) do artigo vinte do Código dos Contratos Públicos. Contudo o que o partido Chega coloca em causa é o facto de a empresa Salgueiro e Associados, que agora é a empresa DFK e associados terem a mesma equipa de auditoria, colocando em dúvida princípios que vigoram na execução de contratos públicos e que devem ser respeitados, em especial, o princípio da imparcialidade. Ainda refere o parecer, procura-se, no fundo, evitar que, mercê do recurso a procedimentos fechados, se perpetuam no tempo os mesmos adjudicatários. Pergunto, senhor presidente, se temos a mesma equipa de auditoria a prestar serviços à câmara desde dois mil e dezassete, todos eles com contratos celebrados com valor



inferior a dezanove mil euros, não é isso que se está a fazer a perpetuar no tempo os mesmos adjudicatários? Requer esclarecimentos acerca desta questão.” -----

Helena Simões: “Como se costuma dizer, onde há dois advogados, há 2 opiniões. O que leio do parecer jurídico da Câmara não é bem o entendimento que a minha colega teve. A fundamentação que o departamento jurídico dá para a contratação é a não existência de concorrência e questões de matéria e de índole técnica, que tornam esta empresa ao que parece específica, para a contratação. Não refere em momento algum, inclusivamente vai-se socorrer e chamo a atenção que vai socorrer de uma orientação técnica de um de setembro de dois mil e dezanove da Direção-Geral da Administração da Justiça, cuja pergunta é para efeitos de aplicação do número dois do artigo cento e treze, recordo eu que se calhar a memória estar-me-á a faltar, mas foi o que foi suscitado na última assembleia, contou ajustes diretos a todas as consultas prévias adotadas em função de critérios materiais. E os critérios materiais é fundamentação que o próprio departamento jurídico dá, que é o artigo vinte e quarto, a linha e) do CPP. Dito isto, o meu entendimento é diferente, entenda-se que, na eventualidade, parece que cabe hoje o dia da palavra do parecer que possa se pedir outro parecer a outra entidade que seja. O entendimento jurídico que eu tenho face à leitura do documento enviado a acompanhar a proposta é completamente díspar da deputada Luna Silva. Gostaria ainda mais de acrescentar que no decorrer da última assembleia a vinte e seis de setembro, se não me falha a memória, estava na mesa a doutora Cláudia Raimundo, que é ao que sei, faz contratação pública no âmbito das suas funções na junta e ao que me parece a resposta que tinha no momento era muito parecida com aquela que o próprio executivo ou próprio departamento jurídico veio neste momento nos fazer chegar. Dito isto, todos nós temos as nossas valências, cada um tem as suas especialidades, garantidamente, contratação pública, não é minha, mas quando temos alguém “in house” nos possa, eventualmente na altura e no momento dar um contributo, acho que seria de ter aproveitado na altura.” -----

Raul Ferreira: “Onde há dois advogados há duas opiniões, então quando há três advogados ainda há mais opiniões. Eu confesso que partilho da opinião da minha colega Luna Silva. Efetivamente, eu penso que há aqui uma situação legal que impõe a proibição da elaboração deste contrato, mas não vou aqui alongar aqui com questões técnicas. Acho que a doutora Luna Silva já explicou convenientemente a posição e efetivamente eu concordo com a opinião dela. Gostava aqui de notar também que o parecer jurídico



que foi junto a este ponto da ordem de trabalho não está assinado, que é uma lacuna que eu acho que devia estar assinado, quem assume uma posição, deve dar o nome a conhecer, até para a gente poder trocar ideias. Mas posto isto, eu vou mais para o lado de numa questão política, não me parece a bem da transparência das contas, que a entidade que elabora as contas possa, de alguma forma, contratar a pessoa que vai certificar as próprias contas que elabora. Parece que há aqui neste procedimento, e atenção que eu não tenho nada contra esta sociedade de revisores oficiais de contas, não os conheço merecem-me em princípio, todo o crédito, mas acho que a bem da transparência não deve ser possível ou não deveria o executivo optar pelo ajuste direto relativamente às contas que elabora, cria certamente aqui algum sentimento, pode criar algum sentimento de desconfiança e de pouca certeza sobre a situação, portanto, eu apelava a que fosse revista esta posição do executivo, de fazer este ajuste direto esta empresa e de futuro, tivesse isso em consideração em outros casos semelhante a este."-----

Presidente da Assembleia: "Só para concretizar a proposta, é uma proposta no sentido de que seja feito um novo contrato com uma nova empresa e, portanto, que não se valide este." -----

Carla Vieira: "Efetivamente, onde há três advogados também há quatro e então, efetivamente, depois de analisar o parecer que nos foi entregue, tenho que partilhar com a posição e com a análise da colega Luna Silva e do Raul Ferreira, efetivamente também não é a minha área, a contratação pública, no entanto, e em nome também do rigor e da transparência das contas e da certificação das contas, efetivamente, há dúvidas e suspeitas que se podem levantar relativamente esta questão e, por isso, iremos partilhar e votar favoravelmente a proposta do MIPA." -----

Presidente da Câmara: "São todos os advogados aqueles que falaram, mas eu não sou, mas de qualquer das maneiras, vou ter que dizer alguma coisa com receio de depois ser acusado de não ter respondido. Não vou responder se tomo o caminho de uma determinada opção ou de outra, aliás, tomo o caminho obviamente do parecer da divisão jurídica e contencioso da Câmara, que eu considero que é uma pessoa, a chefe de divisão que trabalha alguma coisa ou bastante até de contratação pública, está perfeitamente informada. Para além disso, recordo que esta certificação de contas, há dois anos atrás foi feita por concurso público e agora, tendo em conta o valor,



entendeu-se para se mais ágil e mais rápido ser ajuste direto. Não sei se o vereador Ricardo como tem esta responsabilidade tem mais alguma coisa a acrescentar.”-----

Vereador Ricardo Clemente: “Boa noite, o caminho que nos trouxe até aqui, de facto, eu deixo aqui algumas alegações, no entanto, para nós é indiferente, caso seja esta ou outra empresa, ou caso opte-se por outra forma de concurso. Esta aquisição através do ajuste direto, com critério no valor está devidamente fundamentada, é claramente transparente e com todas as regras legais. E as razões da sua escolha prendem-se fundamentalmente com o seguinte, a atual empresa de revisor oficial de contas, acompanhou todo o processo de transição do POCAL, das autarquias locais pelo novo sistema Snc, sistema da normalização contabilística para a administração pública que entrou em vigor em 2020. Este processo de transição contabilística ao complexo, dada a necessidade de transitar a toda a informação para o novo sistema e garantir a fiabilidade, foi realizado com êxito muito pela boa prestação do grupo de auditores revisores. Tratando-se de um processo complexo origina ainda pequenas dúvidas de natureza processual e que, naturalmente, para quem esteve envolvido nessa alteração, acaba por possuir respostas mais céleres. O grupo de auditores, possui uma vasta experiência, garante o serviço a várias autarquias, como Setúbal, Almada, Amadora, Vila Viçosa presta também serviço a universidades e institutos politécnicos, e institutos de formação profissional e, nalguns casos, há mais de dezassete anos. Os valores ora apresentados estão dentro daquilo que achamos ser o normal. O parecer jurídico solicitado por esta assembleia foi de não existir inconveniente legal da adoção do ajuste direto por critério de valor e não por critério material, tratando-se de uma forma diferente daquela que foi anteriormente levada a cabo, com convite à entidade em apreço. Considerando o parecer jurídico favorável para os fundamentos expostos e por acharmos que seria vantajoso manter o serviço com DFK associados, sociedade, revisor oficial de contas, gostaríamos de ver a proposta aprovada, mas, se no entanto, esta assembleia achar haver inconveniente na aprovação da proposta, iniciaremos um processo de concurso público, sem quaisquer inconvenientes ou constrangimentos.”-----

Presidente da Assembleia: “Vamos colocar a votação em alternativa, a proposta A é a proposta que veio da Câmara Municipal exatamente como está, e a proposta B será a proposta de um novo concurso para uma nova entidade para certificar as contas.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação em alternativa.-----



VOTAÇÃO:-----

Proposta A: nove (09) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Proposta B: quinze (15) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01) Margarida Guilherme. -----

A proposta A foi aprovada por maioria.-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, parece-me a mim que este caso já se pôs outrora. O que está aqui em questão é a votação de uma proposta proveniente do executivo municipal e não a sua modificação e, portanto, com o devido respeito, não cabe aqui um voto em alternativa senhor Presidente."-----

Raul Ferreira: " Efetivamente, em rigor do regimento, eu penso que esta proposta que foi feita pelo executivo, tem que ser votada, portanto, eventualmente será rejeitada e voltará para o executivo, eventualmente. Sinceramente, eu penso que não podemos votar em alternativa, uma proposta que foi apresentado pelo executivo, apesar de ser minha vontade, como já expressei aqui recusar a proposta do executivo, penso que não tem cabimento aqui uma proposta alternativa sobre a proposta apresentada pelo executivo, uma vez que é uma matéria que é de competência do próprio executivo. Essa é a minha opinião." -----

Presidente da Assembleia: "De facto, com a leitura relativamente às questões relacionadas com as competências exclusivas, a verdade é que só existem três alíneas que podem ser alteradas. Esta, não é uma delas, é de facto, uma proposta que vêm do executivo, como todas vem do executivo e, na verdade, se a Assembleia assim o entender, a votação em causa anula efetivamente a proposta vinda do executivo e, portanto, regressa ao executivo para ser reformulada."-----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente mais uma vez, com o devido respeito, aquilo que deve ser feito por esta assembleia no estrito cumprimento das suas competências e do regimento é votar a proposta que veio do executivo. Favoravelmente ou não ou abstenção, nada mais."-----



Presidente da Assembleia: "Como referi, se repararem no artigo vinte e cinco da lei das autarquias locais, o que vem referido no vinte e cinco número três, não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal referidas na alíneas a) e m) do número um e alínea l) do número anterior. E esta situação, de facto, não cabe em nenhuma destas alíneas e, como tal, é perfeitamente possível ser alterada a proposta, e sendo alterada, a proposta ser votada." -----

Helena Simões: "Não vou discutir relativamente a este assunto em concreto. Agora recordo que, numa altura em que veio aqui um ponto que tinha a ver com questões de taxas do município, nomeadamente em isenções ou aumento ou prorrogação da isenção da utilização das esplanadas, saiu desta assembleia em consenso com vários partidos, saiu desta assembleia uma deliberação em alternativa, assim sendo, na altura violámos a alínea b) do do número um do artigo vinte e cinco. Eu só estou com isto a dizer que andamos aqui há um ano, às vezes a andar em cima de cascas de ovos a repetir votações. Eu recordo aquilo que já disse artigo, onze número um alínea e) do Regimento, é função competência exclusiva do presidente da Assembleia Municipal, garantir e acautelar a legalidade e a regularidade das deliberações. Dito isto, eu não estou com isto a dizer, nem que o entendimento do presidente está correto, nem que o entendimento do meu caro colega Dr. Raúl está correto, apenas estou a dizer é que andamos aqui, enfim, à deriva." -----

Presidente da Assembleia: "Eu vou cingir-me outra vez, ao número três do artigo vinte e cinco, que diz: não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara municipal referidas na alínea a) e m) do número um e alínea l) do número dois, pelo que quando referiu a alínea b), esta pode ser alterada e todas as outras a contrário sensu, também podem ser alteradas. A questão que está aqui em causa é que, a única proposta que vem por parte do senhor deputado Raúl Ferreira é que se proceda a um novo concurso e, portanto, é essa proposta que foi votada aqui em alternativa, não se deliberou a que veio da Câmara municipal, votou-se uma proposta em alternativa no sentido de ser aberto novo concurso." -----

Carlos Quintino: "Eu não vou insistir mais, a bancada do PSD/CDS tem uma posição absolutamente clara, como teve outrora. Se o senhor Presidente, insistir em manter a votação o que nós fazemos é abandonar a sala, quer dizer, em voto de protesto e deixando vincado na ata que somos contra aquilo que é esse procedimento. E depois o seu a seu dono, Senhor Presidente." -----



Carla Vieira: "Também na ocasião em que se colocou a questão, eu tentei sanar aqui os ânimos. Eu confesso que partilho da posição do senhor presidente da Assembleia, contudo, e de forma a que não haja motivo para ter protesto, abandonar de assembleia do quer que seja, eu sugeria que, o ponto fosse votado, tal qual como está e a assembleia efetuasse a recomendação de que, naturalmente, se for reprovado. Se for reprovado que se fizesse a recomendação de, em vez de ajuste direto que fosse aberto concurso público que foi feito, que é exatamente o que diz também o número três, não cabendo nenhuma das exceções, naturalmente." -----

Presidente da Assembleia: "Naturalmente que estas decisões do presidente são decisões do Presidente e, portanto, têm recurso para o plenário e tendo recurso para o plenário, se o plenário entender votar a proposta, como a senhora deputada o propôs, naturalmente e o que o que se irá fazer é votar, segundo a proposta da senhora deputada." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: quinze (15) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia da Guia -----

Votos a favor: nove (09) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Teresa Neto, José Vila-Nova, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos oito e nove e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2022-2026; -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3.ª Revisão - Alteração Modificativa ao Orçamento Plurianual 2022-2026;-----



O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO OITO:-----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Carla Vieira e Luna Silva. -----

Abstencões: catorze (14) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Teresa Neto, José Vila-Nova, e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO NOVE:-----

Votos contra: três (03) Mónica Coimbra, Carla Vieira e Luna Silva. -----

Abstencões: catorze (14) Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Leonardo Paço, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: oito (08) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Helena Simões, Dário Pereira, Luis Afonso, Teresa Neto, José Vila-Nova, e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Mónica Coimbra apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata)-----

Domingos Coelho apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n. 4 anexo a esta ata) -----

Foi colocada a votação a continuação da sessão, por ultrapassar as vinte e quatro horas, e foi aprovado por maioria a sua continuação.-----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, naturalmente, nós também gostaríamos de continuar, mas deixamos aqui vincada a nossa posição. Apesar de que a bancada como viram, votou livre, o voto foi livre não houve a obrigação de voto a cumprir, mas a grande maioria da bancada efetivamente votou em não continuar por uma razão é que, independentemente da disponibilidade de cada um de nós há quem acorda amanhã às seis da manhã e tenha a primeira reunião às sete, que é o meu caso e, portanto, eu



apelava ao Senhor Presidente que, independentemente da condução dos trabalhos, nós já termos tomado essa decisão com alteração do Regimento, que limitasse também aquilo que é o número de pontos na ordem de trabalhos. Eu acho por aquilo que é o nosso ritmo de hoje, que se o número de pontos da ordem de trabalhos rondar os dez, nós conseguiremos sempre cumprir os horários. Então deixava essa sugestão." -----

Presidente da Assembleia: "Só para lhe responder, nesta ordem de trabalhos já tirei dois pontos, e verifiquei que os que estavam aqui eram de algum interesse, tendo em consideração que, a partir do momento em que se aprovou, quer o orçamento, quer as grandes opções do plano, todos os outros teriam que vir para serem devidamente aprovados, portanto, são estes que vêm a seguir."-----

Helena Simões: "Eu quando disse há bocado que achei que a proposta de regimento ficou aquém daquilo que seria importante, não pensei que na mesma assembleia que tivesse a oportunidade de referir ou reforçar aquilo que eu já disse. O regimento na hora atual permite prevê vinte pontos na ordem de trabalhos, ou seja, para além de termos cabimentado, limitado os tempos, se calhar deveríamos também ter limitado ou cabimentado o número de pontos na ordem de trabalhos. Eu digo isto é, porque parece-me a mim que andamos aqui de Assembleia em Assembleia em Assembleia, sendo que maioria dos próximos pontos e eu também pedir-lhe-ia, se fosse possível, doravante, até porque já não é a minha primeira Assembleia Municipal, mas normalmente o Drº Paulo Freitas referia sempre isso, de acordo com os pontos que se vão discutir a seguir, são pontos que vêm à assembleia, maioria deles por serem despesas plurianuais. É uma informação que não tem vindo a ser veiculada no início de cada ponto e se calhar, seria importante para percebermos quais é que são as funções e a competência dos deputados da Assembleia Municipal e onde é que efetivamente poderemos fazer a diferença ou não." -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à repartição de encargos de verbas afetas ao fornecimento de energia elétrica baixa tensão normal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Só para questionar o senhor presidente, que medidas é que já foram tomadas no sentido de poupança de energia?"-----

Presidente da Câmara: "Algumas, nomeadamente as fontes estão paradas a maior parte do tempo, há iluminarias já desligadas a partir de determinada hora, quanto mais não fosse há isso, não há muito mais. E há a mudança das lâmpadas e leds que houve um grande decréscimo na fatura da eletricidade. É preciso notar isso também que, que às vezes regista-se apenas aquilo que está mal e que se propõe para melhorarem, e não se regista nem se notifica de acordo com, e nota-se aí anualmente desde dois mil e dezoito, até agora, o decréscimo que houve no pagamento iluminação pública e ainda se prevê mais."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00)-----

Abstencões: três (03) Raul Ferreira, Margarida Guilherme e Carlos Mendes-----

Ausências: duas (02) Helena Simões e Dário Pereira.-----

Votos a favor: vinte (20) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º4 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril e da alínea a) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente aos contratos interadministrativos de Delegação de Competências nas Freguesias - Renovação e Atribuição dos Recursos;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00)-----



Abstencões: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Helena Simões e Dário Pereira. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Empreitada de Levantamento e Reposição/ Construção e Reparação de Passeios em zonas pontuais do concelho de Albufeira", pelo valor base de 345.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Dário Pereira. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro,



conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Empreitada de Beneficiação de Ruas, Estradas e Caminhos, em zonas pontuais do concelho de Albufeira", pelo valor base de 470.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Execução de Pinturas no pavimento no município de Albufeira", pelo valor base de 290.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "De acordo com o caderno de encargos da empreitada de execução de pinturas no pavimento do município de Albufeira, dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, a cláusula catorze, com um título multas por violação dos prazos contratuais, refere o seguinte número um, em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra, por facto, imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual por cada dia de atraso em valor correspondente a 2% do preço contractual. Número três, o empreiteiro tem direito a reembolso das quantias pagas a título de



sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra, quando recupera o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato. Dito de outra forma, se o empreiteiro incumprir os prazos parciais de execução da obra é-lhe aplicada uma quantia paga a título de sanção contratual, mas se concluir, dentro do prazo, essa quantia é reembolsada. O partido Chega não concorda com o teor desta cláusula, pois se o empreiteiro incumprir os prazos previstos, deve ser sancionado e tal valor não pode ser reembolsado. Ainda pergunta-se se o empreiteiro, como irá terminar uma obra em tempo, se prazos foram incumpridos? Senhor Presidente, qual é o seu entendimento relativamente ao teor desta cláusula?"-----

Domingos Coelho: "Se somarmos o valor destes três pontos dá um milhão de euros. Penso que é um valor assinalável e para o qual aqui não vem qualquer tipo de, em concreto, onde é que as verbas são aplicadas. Não estou aqui a questionar que não são aplicadas, obviamente, agora penso que a Assembleia deveria ser informada no relatório, a posteriori, de como é que aquelas verbas foram aplicadas em concreto, porque assim estamos, enfim, a autorizar um gasto de 1 milhão de euros, enfim, talvez tivesse muito interesse, sabermos como é que foram aplicadas." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à senhora deputada Luna estou de acordo com a proposta e acho que é um incentivo para que cumpra, embora, com algum atraso, pode acontecer, cumpra o prazo e que seja devolvida depois a coima, penso eu, que isso acho que é um incentivo e estou de acordo. Relativamente àquilo que o Domingos Coelho falou, portanto, a Assembleia não está aqui a aprovar um milhão de euros, está a aprovar a repartição de encargos por cada uma destas coisas, é o que está a aprovar, não é aprovar o gasto um milhão de euros. Penso que as pessoas têm que ser clarificadas e esclarecidas sobre esses aspetos, uma coisa é aprovar um determinado projeto, uma determinada atitude, embora se possa discutir que não estou a por em causa e até percebo a questão e entendo perfeitamente, só que são questões relativamente difíceis de verificar, embora os serviços estão aqui, o senhor diretor vai registar esse ponto e na medida do possível, porque muitas vezes, a questão das calçadas é uma questão paradigmática. É uma questão paradigmática, porquê? Porque existem dez pedras num lado, cinco no outro, dois metros quadrados no outro, cinquenta metros quadrados noutros e é tudo muito diverso, portanto, isso torna-se mais difícil de quantificar e de localizar. Relativamente às pinturas também não é fácil



de todo estar a identificar e a localizar cada peça pintada e não foi por acaso que aqui há uns anos iniciei o processo de pôr-se passadeiras com calçada branca ou pavê branco, para evitar que haja estas pinturas, porque o Algarve com o calor que tem, a tinta dura praticamente oito dias não dura mais. Se vai ver nos outros países da Europa, países do norte, por exemplo, vêm pinturas duradoiras mas aqui não é, isso é um problema que se conseguirá resolver apenas com outros materiais que não tinta."--- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (01) Luna Silva -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento para "Aquisição de Sistema de Videovigilância, com o preço base de 639.100,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Esta é uma atitude que há muito os munícipes de Albufeira esperavam. Congratulo o senhor presidente e o seu executivo pela atitude, pela iniciativa, tive oportunidade de ver o mapa e também as localizações, parece-me que efetivamente são as zonas mais prementes ou pelo menos, as primeiras zonas a realmente necessitarem de destaque, o Centro de Albufeira e a Avenida Sá Carneiro. Tenho a certeza que aquilo que é a implementação deste sistema vai ajudar a dissuadir muitas atitudes negativas na via pública, não só de segurança quanto à integridade física, mas também contra aquilo que são o património municipal e, portanto, deixar



aqui esta nota deste investimento significativo, cálculo eu que numa primeira fase e que depois haverá a vontade de implementar em outras zonas da Albufeira para aquilo que é a melhoria da segurança na sua generalidade, no nosso concelho. "-----

Luna Silva: "O partido Chega gratifica o executivo pela abertura do procedimento para aquisição de sistema de videovigilância. Protocolo esse celebrado entre o município e a GNR a quarto de dezembro de dois mil e vinte e espera que, de facto, o mesmo seja executado com a maior brevidade possível, no decorrer do ano dois mil e vinte e três. O sistema será implementado nas zonas da Baixa de Albufeira, Avenida Sá Carneiro, Oura e terá como principais finalidades a salvaguarda da segurança da população local, turistas e visitantes, prevenção da prática de atos ilícitos criminais e a identificação de pessoas para efeitos de apuramento de eventuais responsabilidades criminais. Contudo, é importante realçar que o sistema de videovigilância não é suficiente, nem pode ser a única medida a tomar relativamente a zonas como a Oura. É necessário e fundamental formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos, bem como promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade. O partido Chega considera urgente e necessário que haja intervenção do Conselho Municipal de Segurança e que sejam definidas medidas de planeamento e segurança a fim de proteger todos. De acordo com o número sete do regulamento do Conselho Municipal de Segurança, as reuniões são convocadas pelo Senhor Presidente com antecedência mínima de dez dias, pelo que pergunto, Senhor Presidente, se o Conselho Municipal de Segurança já se encontra em funções, se já foram apresentadas algumas medidas ou propostas para solucionar esta problemática que tem sido matéria corrente nas assembleias municipais?" -----

Domingos Coelho: "Tinha 2 questões, uma delas era sobre o Conselho Municipal de Segurança, enfim, espera-se a resposta e outra era por uma proposta no sentido de que, e já com congratular pela implementação do projeto e a proposta em concreto é de que a Rua da Bateria seja incluída, portanto, uma rua da baixa, que parte mesmo de abaixo da antiga praça do peixe e que passa por aquele snack bar, das conchas e que vai até à antiga câmara, que é uma rua especialmente logo no seu início, que tem ali, diria curva e contracurva, é uma rua mal iluminada e que tem ali sempre problemas de segurança e, portanto, penso que não deve ficar de fora deste projeto de videovigilância que está a ser implementado na baixa. Porque, talvez de algumas das ruas da baixa, talvez seja a mais problemática." -----



Senhor Presidente: "Relativamente a questão levantada essencialmente quanto ao Conselho de Segurança, pela deputada Luna, quero dizer que o Conselho de Segurança está a ser formado, indigitei precisamente, solicitar a todas as entidades em representação, para poder tomar posse, e poder fazer reunião dentro de relativamente pouco tempo. Mas não se pense que Conselho Municipal de Segurança resolve qualquer problema, porque não capacidade nem competência para resolver, evidentemente. Tem para chamar a atenção, para ser um fórum de discussão sobre alguns aspetos, é óbvio que sim, mas quem tem a capacidade e a competência e o poder e os meios para usufruir desta segurança que se pretende, de pessoas e bens, não são só pessoas, são bens também, é importante que se pense que não são só as forças de segurança, são também os empresários são os próprios utentes daquelas zonas, evidentemente, muita gente. Para além de, evidentemente, as forças de segurança. Este processo é um processo extremamente longo, por excesso de burocracia. E para responder ao deputado Domingos Coelho, garantidamente a rua da Bateria não vai ser introduzida neste projeto. Se não, então sim, então é que estava a barraca armada. Agora vamos a este, e este só vai já, porque repare, nós estamos aqui a Guarda Nacional Republicana, primeiro que tudo houve GNR é que escolheu e definiu os locais onde as câmaras vão ser colocadas, são setenta e duas ou setenta e três. Posteriormente, discutiu-se ainda foi no tempo do vereador Rogério, a meio do mandato, discutia-se o sítio onde ficavam os servidor, foi um problema grave, onde ficava o servidor. Pronto, lá se conseguiu então entender que o servidor ficaria colocado na GNR para estar a ver, que é preferível do que estar na Câmara, também penso que sim. E agora ultimamente exigiram uma fibra dedicada apenas para o efeito, coisa que, por exemplo, a PSP em Portimão não aconteceu, PSP em Lagos não aconteceu e GNR exigia isso. Ainda bem que o parecer das instâncias superiores veio favorável a essa situação e neste momento, está tudo contemplado. De qualquer das maneiras o concurso já tinha começado a andar, porque eu determinei o andamento ainda que tivesse à espera de outro parecer, porque isto não haja dúvida que se nós estivermos à espera que as entidades se resolvam é extremamente difícil. E às vezes parece que são coisas que dizem que, se calhar, é o executivo que só faz festas, que não faz nada, não, não é. É a burocracia exagerada quando se fala, tanto esse simplex e depois temos uma grande carga de burocrática em cima é uma coisa do outro mundo. Mas de qualquer das maneiras cá estamos e vamos já avançar com isso, no entanto, lá está, num futuro



próximo, aliás, isto começou aqui há uns anos, pedi para se colocar duas câmaras para fiscalizar apenas o corrimão da escada rolante, para ver, sem ser identificada a pessoa, se querem que diga, nunca tive resposta, parece que há um medo uma coisa que ainda não percebi. Mas agora está ultrapassado, não vale a pena estar agora aqui a falar. Isto para evitar que elas estejam sempre paradas. Nós temos umas escadas rolantes que são um benefício para a cidade, depois temos de ter lá um segurança permanentemente senão a qualquer momento param logo aquilo. Vamos ver, era bom, isto agora vai a concurso, evidentemente, no concurso nunca se sabe o que é que vai acontecer. Esperemos que não fique deserto, primeira coisa, esperamos que os concorrentes aceitem relativamente bem a seriação que vai ser feita pelo júri, com certeza, uma seriação correta e que rapidamente comece a instalação, porque era bom que no próximo princípio de verão já estivesse pelo menos alguma coisa instalado, ainda que não fosse tudo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Helena Simões, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretária da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação da Proposta "Constituição de Comissão de Inquérito", apresentado pela bancada do AP; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos no início da sessão. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

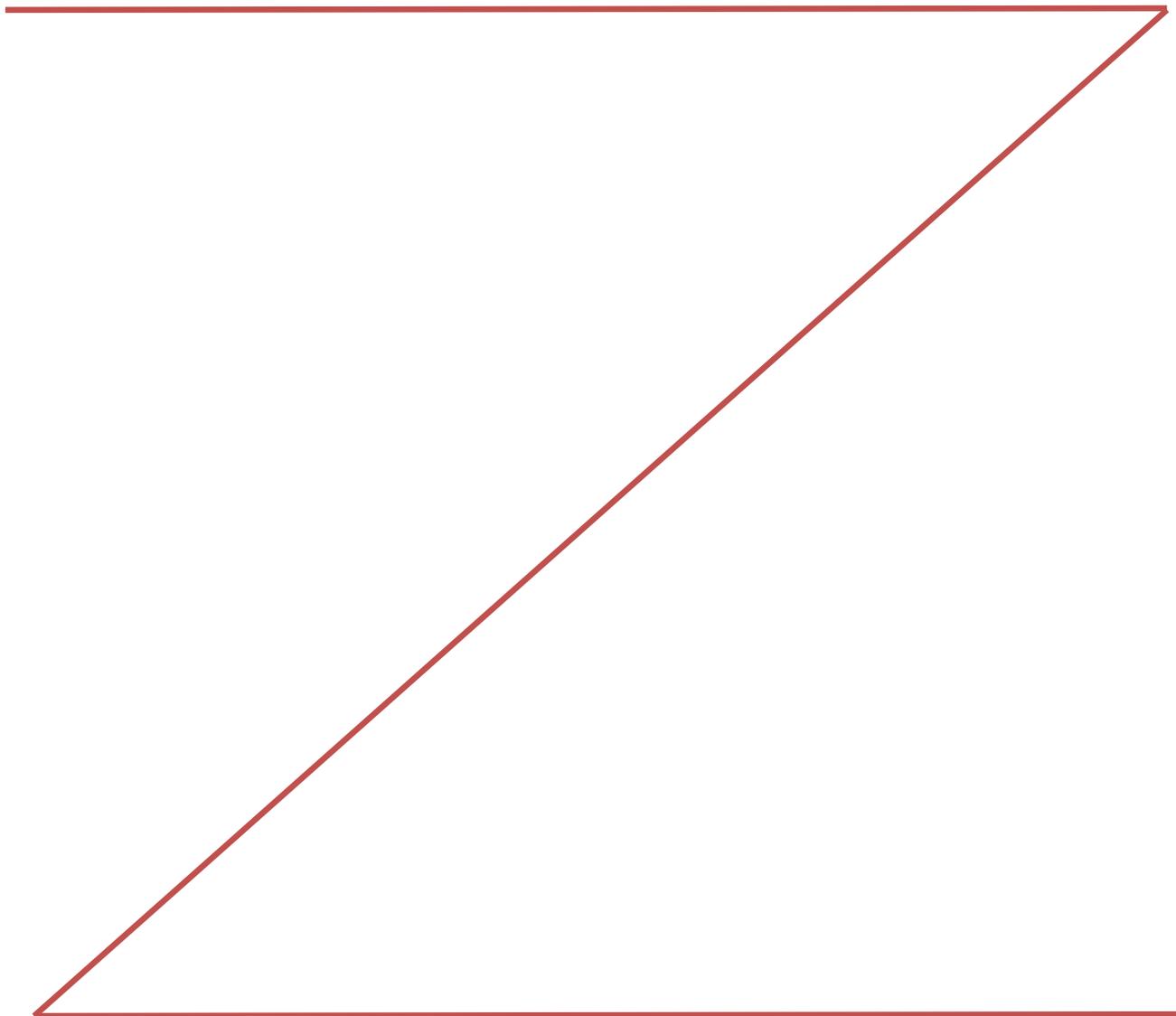
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 00:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 17 de outubro de 2022 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





De: Sérgio Arez <sergioarez@hotmail.com>
Enviado: 9 de outubro de 2022 11:42
Para: presidencia; Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Estacionamento para motos e bicicletas a pedal

Bom dia

O meu nome é Sérgio Arez, e gostaria que fosse lido o texto a baixo na próxima assembleia municipal:

Boa noite,

Gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara de Albufeira, presidente da mesa da assembleia, todos os presentes e online.

O meu nome é Sérgio Arez e primeiro gostaria de agradecer ao executivo este verão por ter colocado pinos que permitiram acabar com o estacionamento em plena curva em frente a igreja na marina de albufeira.

Sou um utilizador de motociclo e venho aqui partilhar uma sugestão que acho de importância urbanística que não tem sido abordada em albufeira, gostaria de pedir ao Sr. Presidente José Rolo, que fosse feito um plano para a readaptação de alguns lugares de estacionamento, criando várias divisórias e sinalética com o objetivo de criar mais espaços reservados para motos em vários pontos turísticos da cidade, serviços públicos e comerciais.

Sendo Albufeira uma cidade turística, no qual já participou também na receção do lés a lés, o motociclismo é turismo para muitos e também para além do uso do dia a dia, temos constantemente pessoas de toda a Europa e Portugal que viajam de mota.

Só assim podemos ter uma cidade mais organizada e que pensa para além da maioria, os automóveis.

Outro assunto urbanístico que gostaria de fosse abordado, tem a ver com o aumento de utilizadores de bicicletas a pedal, especialmente as elétricas que cada vez mais se vê estrangeiros que nos visitam, e este município pode criar zonas com estacionamento para que os mesmo fiquem em segurança na sua ausência, por exemplo nas praças, acesso às praias.

Temos empresas que já dão esse passo na área de planeamento, por exemplo o Aldi de Malpique, em que possui um espaço de ordem funcional, isto porque aqueles que se servem apenas para a roda traseira não oferecem segurança e são de difícil utilização.

Envio também alguns fotografias do assuntos acima mencionados:



De: Hugo Palhinhas <hpalhinhas@gmail.com>
Enviado: Monday, October 17, 2022 5:34 PM
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Re: Questões a por ao Exmº Presidente da Câmara

Boa noite, Exmº Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, Exm.º Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta e público em geral presente,

Após email por mim enviado em 15 de dezembro de 2021, o qual foi exposto nesta Assembleia Municipal, dirigido ao Exm.º Presidente da Câmara, pergunto eu, como cidadão da freguesia das Ferreiras, como está o assunto dos resguardos das paragens dos giros na freguesia das Ferreiras, isto porque passou quase um ano e com a chegada do inverno e das chuvas tudo está igual e as crianças da respetiva freguesia continuam à espera dos resguardos prometidos pelo Exmo.º Presidente da Câmara.

Porque é do meu conhecimento, que á alguns constrangimentos na colocação do respetivo resguardo na paragem junto ao Café Cesar (Ferreiras) por parte de um morador, porque não quer o referido resguardo em frente da sua residência porque lhe tira a vista da avenida 12 Julho, então o porquê de não mudar a referida paragem para 20 metros mais à frente, já que à pessoas que pensam que compraram a via publica.

sem mais assunto no momento,

obrigado,

Atentamente,

Hugo Palhinhas

Em qua., 15 de dez. de 2021 às 16:28, Hugo Palhinhas <hpalhinhas@gmail.com> escreveu:
Boa tarde Exmº Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira

Venho por este meio solicitar que hoje em assembleia municipal seja questionado ao Exmº Presidente da Câmara o seguinte:

- Gostaria de saber para quando a colocação de um abrigo na paragem do giro em Vale Serves junto da Rua do Acordeão-Ferreiras(já que a junta informou que não é da responsabilidades deles, na pessoa do Sr, Jorge Carmo) isto porque os nossos jovens que residem nos condomínios da Avenida 12 de julho e Rua do Acordeão entre outras, continuam à chuva quando apanham o giro e já que o Exmº Presidente comunicou à Junta de Freguesia a 16/12/2020 que o assunto estava previsto no âmbito da nova concessão de transportes de Albufeira, para quando a colocação, já estamos no Inverno e nada e foi feito por mim uma reclamação junto da junta freguesia acerca de 3/4 anos e nada;

- O porquê do giro quando vem no sentido Albufeira-Ferreiras não passa também na estação, já que o trajecto é efeito bola o porquê de não lá passar, isto porque á passageiros para apanhar o comboio e às vezes esses 5 minutos de o giro ir dar a volta poderá acontecer perderem o comboio na estação.

Sem outro assunto

Hugo Palhinhas
(residente na freguesia das Ferreiras)



DECLARAÇÃO DE VOTO – Pontos 8 e 9

Fazendo uma análise mais pormenorizada, verificamos como temos vindo a afirmar, que perdemos mais uma oportunidade, para parar, refletir, analisar e corrigir o caminho.

O rumo que o executivo tem seguido parece-nos, mais uma vez sem qualquer planeamento, sem um rumo e sem uma estratégia concertada para fazer de Albufeira o tal “destino de emoções” e o melhor “sítio do mundo para viver”.

Alertámos para esta política, à boa maneira do antigo império romano de “pão e circo” que vai mantendo a população entretida enquanto se varre para debaixo do tapete os verdadeiros problemas e a deterioração das finanças municipais que, apesar do Sr, presidente dizer que é estável e que consegue fazer face aos compromissos já assumidos e que vão sendo assumidos, verificamos que não é possível, pois os números são como o algodão: Não enganam.

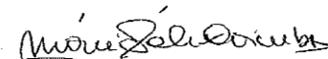
Esta política de terceirização exacerbada de serviços, com a política de festas e festinhas, vai-nos conduzir a déficit orçamental, escondido no início do ano pela suborçamentação, mas que agora aparece de forma clara através da análise da execução orçamental até Setembro de 2022, provando que AP tinha razão na previsão que fez no início e no decorrer do ano.

Verifica-se também que, do lado da receita, não vemos qualquer evolução no que concerne ao aproveitamento de fundos comunitários.

Pre vemos que a solução a sugerir pelo Executivo será o de recurso a empréstimos que no cenário que estamos a viver é a pior altura para o fazer, devido à inflação e subida dos juros.

Esperemos, no entanto, que seja apenas porque estamos no início de um novo quadro de apoios, mas pelos indícios que fomos verificando ao longo do ano, tememos que seja um problema estrutural do Município.

Pelos motivos exposto não podemos votar favoravelmente.

Mónica Coimbra 
Carla Vieira 



DECLARAÇÃO DE VOTO

CONSIDERANDOS:

- 1) Que o Partido Socialista e o Executivo, na pessoa do seu presidente, assinaram, em 10 de Março de 2022, um acordo que viabilizou a 1ª revisão orçamental e que contemplava diversas obras em todas as freguesias;
- 2) Que na Assembleia de 29 de Abril a bancada do PS entregou um pedido de informação acerca do andamento do dito acordo;
- 3) Que na Assembleia de 27 de Junho a bancada do PS voltou a solicitar uma resposta ao pedido então formulado;
- 4) Que, até hoje e que se tenha conhecimento, a taxa de execução do acordo é quase nula, com exceção na freguesia da Guia;
- 5) Considerando ainda que o sr. presidente no âmbito das conversações do dito acordo comprometeu-se a dialogar com a oposição sobre questões orçamentais e estruturantes para o concelho;
- 6) Assim, a bancada do PS deixa aqui expresso que está disponível para dialogar novos acordos, desde que aquele que está em vigor seja cumprido. Outros acordos serão possíveis desde que sejam baseados em compromissos quantificáveis e fiáveis a bem do todo o concelho.

Face ao exposto, o PS abstém-se nos pontos 8 e 9 de modo a que o executivo tenha todas as condições para cumprir o acordo e para que possa executar outras obras previstas, de modo a que o rácio do investimento ultrapasse os 13% do valor da despesa total, conforme informação do executivo.

Assembleia Municipal, 17 de Outubro de 2022

A bancada do Partido Socialista

Silvia Dias.
Sobretudo
Ame


Pereira.